

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ECONOMIA

Luan Cordeiro

A ECONOMIA ALEMÃ: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA
(1924-1945)

ORIENTADOR: Prof. Luiz Carlos Delorme Prado

RIO DE JANEIRO

2019

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo expor os antecedentes da política econômica durante a República de Weimar, entre 1924 a 1932 e as características da economia da Alemanha durante o governo ditatorial de Hitler e do Partido Nacional Socialista, abrangendo o período de recuperação econômica até a derrota do país durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o período, será abordado a política econômica estabelecida durante os últimos anos da República de Weimar, expondo as políticas de estabilização monetária, políticas macroeconômicas que viabilizaram a realização do Plano Dawes e crescimento econômico entre 1924 à 1928, assim como as medidas de combate à crise de 1929 que perduraram até 1932, chegando-se ao ponto de entendermos o porquê que tais medidas econômicas abriram caminho para a entrada do nazismo no poder. Logo em seguida, serão elucidadas as políticas macroeconômicas feitas pelos diligentes financeiros durante todo o regime, que expliquem como o país conseguiu a sua recuperação econômica e capacidade de mobilização militar antes e durante a guerra.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. OBJETIVO.....	4
1.2. HIPÓTESES DO TRABALHO	4
1.3. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA.....	4
2. MEDIDAS ECONÔMICAS PRÉ-NAZISTAS: 1924-1932.....	6
2.1. ESTABILIZAÇÃO E CRESCIMENTO POR ENDIVIDAMENTO:1924-1928.....	7
2.2. INSTABILIDADE E RECESSÃO: 1929-1932.....	16
3. RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E TRANSIÇÃO PARA ECONOMIA DE GUERRA: 1933-1938.....	21
3.1. POLITICA DE EMPREGO E O “NOVO PLANO” DE HJALMAR SCHACHT.....	22
3.2. GORING, O II PLANO QUADRIENAL E O CAMINHO PARA A GUERRA.....	33
4. A ECONOMIA NAZISTA DURANTE A GUERRA: 1938-1945.....	38
4.1. ANEXAÇÕES E VITÓRIAS: 1938-1941	39
4.2. RUMO À QUEDA: 1942-1945.....	46
5. CONCLUSÃO	55
6. BIBLIOGRAFIA.....	57

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO

Este trabalho tem por objetivo discutir a política econômica alemã durante o regime nazista. O estudo inicia-se com os últimos anos da República de Weimar e segue até a derrota alemã em 1945. Esta monografia propõe-se a responder às seguintes questões: (i) Como as políticas exercidas durante os últimos anos da República de Weimar explicam a ascensão de Hitler e seu partido no poder? (ii) Quais foram as políticas macroeconômicas exercidas durante o Terceiro Reich que explicam o seu rápido crescimento econômico e militar durante os anos pré-guerra? (iii) Durante a guerra, quais foram as políticas econômicas implementadas para se contrapor às grandes economias rivais, que culminou na total destruição da economia alemã e sua derrota?

1.2. HIPÓTESES DO TRABALHO

A hipótese defendida no trabalho tem como base os estudos realizados por Adam Tooze, Werner Abelshauser e James Overy, que correspondem na defesa do ponto de que, desde o início do projeto de mobilização militar para a instauração de uma nova guerra, a Alemanha não estava preparada economicamente para tal questão, isto é, não tinha condições financeiras para sustentar uma guerra com as suas maiores rivais devido ao grande poderio econômico e bélico que tais países possuíam.

A defesa do ponto do trabalho se baseia nos argumentos propostos por Tooze, da inviabilidade econômica - antes e durante o combate - de sustentar uma guerra ao mesmo tempo que se contrapõe com os argumentos defendidos por Abelshauser e Overy - de que o país poderia ter condições de vencer a guerra até a entrada de Albert Speer no governo no início de 1942, mesmo tendo uma economia não tão pujante como as rivais, com a mudança estratégica de curto para longo prazo e a sua falta de recursos para tal.

1.3. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA

O trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e conclusão. O primeiro capítulo trata da recuperação econômica alemã entre 1924-1928 e da instabilidade e recessão durante e após a Grande Depressão, entre 1929-1932, com o capítulo defendendo o ponto de que tal recuperação se deu por meio de crescimento por endividamento externo, indo contra o projeto de promoção de políticas econômicas contracionistas propostas pelos agentes econômicos externos. E que tal política austera só começou a ser implementada após o surgimento de problemas ocasionados pela decisão do país se endividar para crescer que, ao invés de solucionarem o problema, inviabilizaram a resolução de tais problemas de tal forma que contribuíram para o aumento da gravidade da recessão além de ter aberto caminho para a entrada dos nazistas no poder.

O segundo capítulo será sobre o período de recuperação econômica já com os nacionais-socialistas no poder, de 1933 até a anexação austríaca - *Anschluss* - em 1938. Este capítulo defenderá o ponto de que durante todo o período, os nazistas se importavam fundamentalmente em preparar o país para enfrentar uma nova guerra. Logo, suas políticas

econômicas tendiam a promoção de atividades e setores relacionados à questões militares. Entretanto, questões básicas referentes à economia – como emprego e consumo – precisavam ser promovidos para a viabilização dos principais projetos nazistas. O capítulo será dividido em dois momentos: o primeiro entre 1933 até 1936, tendo Hjalmar Schacht sob o comando da política econômica e com suas políticas tendendo ao fomento da economia doméstica civil em relação à mobilização econômica para a guerra; e o segundo momento entre 1936 até 1938, sob a política econômica agora sendo comandada por Hermann Goring, com uma total tendência às questões referentes à guerra, isto é, em viabilizar a economia alemã para a mobilização militar.

O terceiro capítulo abordará o período 1938-1945 também sendo separado em dois momentos: o primeiro momento referente à grande anexação de territórios e vitórias alemãs entre 1938 a 1941; o segundo momento, de 1941 a 1945, corresponde a mudança de estratégia de guerra de curto para longo prazo em razão do caminhar do conflito e necessidade de obtenção de recursos para a manutenção do país na guerra, caracterizando esse segundo momento do conflito como sendo uma guerra de atrito, culminando em instabilidade, recessão e derrota.

A metodologia utilizada no trabalho se baseou na pesquisa de livros, artigos, monografias e periódicos de autores ou especialistas ou que escreveram sobre a Alemanha durante a República de Weimar e sobre o período do Terceiro Reich no poder. Na maior parte do trabalho, foram utilizados os dados estatísticos de Harrison, Overy e Mazzucelli em seus trabalhos para a sustentação do ponto a ser defendido. A contribuição de outros autores que também abordaram sobre o tema em seus artigos – Abelshauser, Feijó, Franco e Liu - também foi utilizada para a produção deste trabalho. Logo, o enfoque geral do trabalho se encontra em análise de política macroeconômica, utilizando citações e dados estatísticos dos autores citados anteriormente para corroborar o argumento proposto na criação do trabalho.

2. MEDIDAS ECONÔMICAS PRÉ-NAZISTAS: 1924-1932

Este capítulo trata da fase de recuperação da economia alemã, na qual o país voltou a ter uma estabilidade na sua moeda com o fim do processo inflacionário – com a criação do *rentenmark* -; da influência do crescimento da economia mundial para a viabilização da recuperação de sua economia; assim como da entrada dos EUA nas questões referentes à reparação de guerra e ajuda financeira, principalmente com a implantação do Plano Dawes e as propostas de políticas macroeconômicas que deveriam ser estabelecidas por Weimar para o sucesso do plano, fundamental à entrada de capital estrangeiro e de auxílio no pagamento das reparações. Logo em seguida, será abordada a política macroeconômica de Brüning para combater a crise de 1929 e suas consequências para o país, que perduraram até 1932 e abriram caminho para a vitória do Partido Nacional-Socialista no Reichstag.

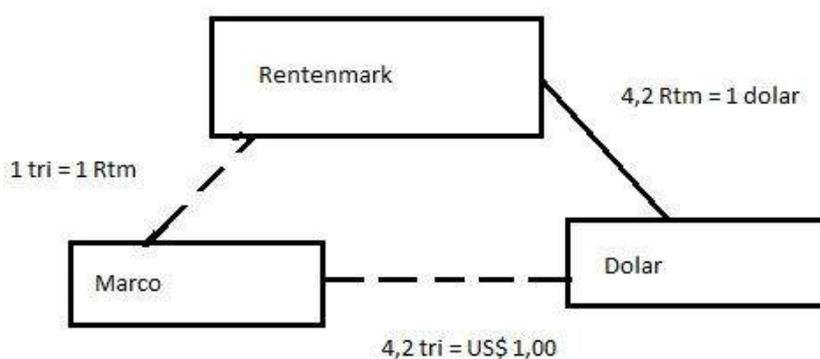
Portanto, o ponto aqui defendido será que, após a estabilização e logo em seguida com a implantação do Plano Dawes, para o país incentivar a mudança de expectativa estrangeira sob a economia alemã e fomentar o seu crescimento, a política econômica proposta deveria ser de cunho contracionista. Entretanto, devido ao cenário externo de grandes fluxos de capitais e na sua facilidade de obtenção destes, a política econômica tomada pelos agentes foi de crescimento econômico por endividamento externo, indo contra a política austera proposta pelos agentes internacionais para o país. E dessa forma, tal política fez aumentar a vulnerabilidade externa provocada pelos movimentos de capital do mercado internacional, que contribuíram para a implantação sem sucesso de políticas econômicas contracionistas por Brüning e para a vitória nazista no parlamento alemão.

2.1. ESTABILIZAÇÃO E CRESCIMENTO POR ENDIVIDAMENTO:1924-1928

O plano de estabilização monetária para controlar a hiperinflação passava pela substituição da moeda nacional: o marco. Para isso, a estabilização monetária deu-se através da criação do *rentenmark*. O objetivo era de criar um plano de estabilização monetária sem a renegociação das reparações de guerra, sendo a nova moeda indexada ao dólar – taxa de câmbio fixa com o dólar – e sustentada por expectativas otimistas sob o crescimento do nível de reservas internacionais do governo. Ou seja, o *rentenmark* era majoritariamente uma moeda fiduciária, em que a estratégia por detrás da nova moeda era a criação de expectativas positivas que a nova moeda teria, isto é, a subjetividade estabelecida por Schacht de que a moeda seria lastreada em dólar e ouro, visto que as reservas dessas divisas durante a época eram escassas¹. Schacht percebeu que, para o fim da hiperinflação, era necessário a criação de uma moeda que fosse lastreada em um ativo que possuísse alta liquidez, estabilidade e forte aceitação internacional, no qual as pessoas confiassem na nova moeda para realizarem transações. Os ativos que detinham tais características na época eram o ouro e o dólar.

O marco desvalorizado era vinculado ao ouro. Logo, inicialmente, o *rentenmark* era vinculado e indexado ao dólar (ver figura 1.2). A partir do momento em que se estabeleceu a fixação da paridade entre o marco e *rentenmark*, tal ação significou também que a taxa de câmbio entre o dólar e o marco era fixada pelo *rentenmark* (Franco, 1999, p. 444). Agora, a moeda antes totalmente depreciada poderia ser facilmente trocada por *rentenmarks*. Mas para a moeda ser trocada, esta tinha que ter a confiança dos agentes econômicos, ou seja, de ter credibilidade perante o mercado. Tal credibilidade foi estabelecida graças à estabilidade do dólar e da sua rápida acessibilidade, não tendo muitas pressões sob os preços domésticos e contendo assim o processo inflacionário.

Figura 1.2



Fonte: Adaptado de Franco (1999, p. 444). Elaboração Própria

¹ - Para economistas como Gustavo Franco (1999), Bresciani-Turroni (1989) e Couto e Hackl (2007, p. 321) o *rentenmark* não tinha lastro

Para se gerar uma expectativa positiva sobre o *rentenmark*, Schacht ordenou uma limitação de crédito cambial por parte do Reichsbank para preservar a paridade do *rentenmark* com o dólar, assim como medidas de contenção fiscal e monetária. Schacht também proibiu o “dinheiro de emergência” - concessão do direito de emissão de papel-moeda a governos - estado e municípios -, instituições de crédito e empresas, para que estes emitissem e colocassem cédulas em circulação – e manteve fixa a taxa de câmbio. A fixação da taxa de câmbio foi a medida principal que contribuiu para a redução do fim do processo hiperinflacionário alemão.

Após a implementação do *rentenmark*, a inflação, que vinha acelerando desde 1921, se estabilizou, como podemos observar na tabela 1.2 abaixo. O ponto de partida da alta de preços foi a forte pressão inglesa para pagar uma elevada parcela da indenização de guerra em 1921 – cerca de 1 bilhão de marcos-ouro (Couto e Hackl; 2007, p. 317). Esta situação agravou-se com a perda da região da Silésia para a Polônia, também em 1921 e o vale do Ruhr pela França em 1923, que geraram grande incerteza em relação às expectativas da população alemã sobre a taxa de desemprego e produção mineral além das dúvidas quanto ao cumprimento ou não das reparações de guerra. Tal cenário culminou em uma grande demanda de dólar, desvalorizando o marco, gerando uma crise cambial – vide tabela 2.2.

Havendo essa grande corrida para se obter dólar, o marco cada vez mais perdia as suas funções de unidade de conta e reserva de valor, mantendo apenas a função de meio de pagamento pois as reparações eram feitas em marcos-ouro e os preços domésticos estavam praticamente sendo indexados pelo dólar. Dessa forma, eram as flutuações cambiais que ditavam o rumo do processo inflacionário da moeda alemã. E para conter tais flutuações cambiais, a fixação da taxa de câmbio seria uma dessas saídas, mantendo o câmbio fixo até 1926. Franco (1999) descreve essa situação da seguinte forma:

“Os preços passaram a mostrar uma tendência de adaptação à taxa do dólar. Assim, as flutuações no nível de preços ficavam intimamente ligadas à flutuação cambial, sendo frequentes os preços internos se ajustarem automaticamente à cotação do dólar. Com isso, a moeda nacional perdia sua função de unidade de conta e de reserva de valor, apesar de os pagamentos serem efetuados em marcos, o que caracterizava a moeda apenas como meio de pagamento”.

Tabela 1.2

Taxa Mensal de Inflação na Alemanha (1919-1924)						
Mês	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Janeiro	6,94	56,41	-0,07	5,10	88,68	-7,01
Fevereiro	3,05	34,16	-4,38	11,95	100,68	-0,98
Março	1,48	1,43	-2,76	32,42	-12,48	3,87
Abril	4,38	-8,31	0,90	16,97	6,63	2,80
Mai	3,85	-3,77	-1,36	1,62	56,75	-1,28
Junho	3,70	-8,36	4,43	8,86	137,27	-5,36
Julho	10,06	-1,09	4,54	43,09	285,80	-0,78
Agosto	24,49	60,70	34,24	90,87	1162,31	4,35
Setembro	16,82	3,31	7,82	49,48	2431,67	-5,83
Outubro	14,00	-2,14	19,01	97,21	29607,11	3,14
Novembro	0,64	2,93	38,86	103,89	10121,13	-1,53
Dezembro	18,44	-4,57	2,08	27,82	73,85	1,55

Fonte: Visconti (1987, p. 8).

Schacht também proibiu o uso do “dinheiro de emergência” – Notgeld - para limitar o crédito pelo Reichsbank e manter a paridade da nova moeda com o dólar. O dinheiro de emergência, antes da estabilização, era utilizado pelo setor público e privado como uma forma de ter crédito e manter suas contas equilibradas por meio da emissão de papel-moeda, expandindo a base monetária alemã. Isto é, segundo Couto e Hackl (2007, p. 322), “era uma situação em que o Banco Central não era o único responsável pela emissão de papel-moeda, de forma que caracterizava uma situação que Schacht denominou como “cada um com seu próprio Reichsbank””. Dessa forma, Schacht proíbe a emissão dos Notgeld por parte de órgãos públicos e empresas privadas, pois atrapalhava o sucesso do plano de estabilização, voltando o Reichsbank a ser o único emissor de papel-moeda no país.

Tabela 2.2

Taxas Mensais de Inflação e Depreciação Cambial, 1923 (%)			
Meses	Preços ao Consumidor	Preços por Atacado	Taxa de Câmbio
Janeiro - Março*	69	59	49
Abril - Junho*	44	67	81
Junho	100	132	137
Julho	395	221	285
Agosto	1.459	1.208	1.162
Setembro	2.460	2.035	2.432
Outubro	24.280	24.432	29.607
Novembro	17.865	8.600	10.121

Fonte: Holtfrerich, 1986, p.187. * média mensal para o trimestre.

Em agosto de 1924, já com a questão da estabilidade praticamente resolvida, o governo promulga uma lei que opta por uma criação de uma nova moeda oficial que entraria em circulação em outubro do mesmo ano: o *reichsmark*. A implementação do *reichsmark* se daria de forma lenta, tendo um prazo de substituição do *rentenmark* pelo *reichsmark* de até dez anos. A conversibilidade seria de 1:1, isto é, 1 *reichsmark* para cada 1 *rentenmark*. Para o sucesso da incorporação da nova moeda na economia, o *reichsmark* iria manter a paridade cambial com o dólar, da mesma forma que o *rentenmark*. Tal paridade se manteve fixa com o dólar até agosto de 1926, que depois desta data a taxa cambial passou a flutuar de acordo com os movimentos inerentes do mercado (Bresciani-Turroni, 1989) apud (Couto e Hackl, 2007, p. 323).

Mesmo exercendo uma criação de expectativas positivas com a nova moeda, a moeda alemã deveria ter reservas em divisas – ouro e dólar – para manter a estabilidade e credibilidade do *rentenmark* – e logo em seguida com o *reichsmark* -, que mesmo com um cenário de estabilização, necessitava acumular um volume estável de reserva em moeda estrangeira. Neste período, um dos países que mais poderiam ajudar o país em obter uma grande entrada de capitais e recuperar a sua economia era os Estados Unidos.

Para sustentar a estabilização, o país precisava estabilizar o seu orçamento doméstico, reduzindo seu déficit fiscal. A estabilização através do déficit fiscal, do ponto de vista econômico *mainstream* da época, faria com que, através de um orçamento equilibrado, o país pudesse gerar superávits fiscais e com estes investir domesticamente em sua economia, além de gerar credibilidade perante os agentes sob a forma que o governo conduzia a política econômica doméstica, fomentando o investimento externo doméstico e assim, recuperando a economia. Entretanto, a forma de estabilização fiscal surgiu com o apoio dos EUA e a renegociação da dívida de guerra, que também culminou na decisão de ajuda financeira americana, com o Plano Dawes.

O objetivo do Plano Dawes era estabelecer viabilizar o pagamento das reparações de guerra, reduzindo seu montante e diferindo seu pagamento, viabilizando assim a manutenção da estabilidade econômica. Basicamente, o que foi feito foi uma injeção de capital estrangeiro para o país com o intuito de ajudar na sua reestruturação, promovidos principalmente por industriais e banqueiros norte-americanos. Dessa forma, o país poderia obter recursos suficientes para fazer crescer a sua economia e manter o pagamento da dívida de guerra, reduzindo relativamente o peso das indenizações, que estava estipulado ao valor de 12 bilhões de dólares (Couto e Hackl, 2007), e aumento do prazo para a total quitação das reparações. Foi feito uma espécie de transferência de dívida, em que os EUA exerciam a função de credor para a Alemanha, com um montante suficiente para poder investir internamente em sua economia e ainda sobrar recursos necessários para o pagamento das reparações aos países vitoriosos, basicamente França e Grã-Bretanha.

O plano foi um sucesso. Dado o grande diferencial nas taxas de juros presentes nos dois países, as condições para a realização dos empréstimos eram extremamente favoráveis, visto que a taxa de juros na Alemanha era alta em relação à média internacional e norte-americana, que proporcionou uma grande entrada de capitais e divisas para o país. Esse

cenário era positivo para a maioria dos países envolvidos, ou seja, os próprios alemães, franceses, britânicos e norte-americanos. Para os franceses e britânicos, que passaram a receber pagamentos em marco-ouro como reparação de guerra. Para os americanos, o pagamento feito pelos alemães para os outros países permitia pressionar as nações vitoriosas em honrar com os seus compromissos com o país, pagando os juros dos empréstimos concedidos durante a Grande Guerra. Logo, tal situação era totalmente favorável para os americanos, recebendo capital fruto dos juros de guerra e da reestruturação financeira. O plano concedeu cerca de 800 milhões de *reichsmarks* (Couto e Hackl, 2007) para ajudar a Alemanha no pagamento da dívida de guerra. Isso fez com que a confiança dos estrangeiros perante o país retornasse e aquecesse a economia novamente.

O Plano Dawes e o respeito que o Reichsbank adquiriu sob o comando de Schacht recolocavam a Alemanha de volta ao mercado internacional de créditos. O sucesso econômico da economia alemã a partir de 1924 fez com que o país atraísse uma enorme quantidade de capitais externos. Empréstimos eram concedidos sem muita restrição por parte dos banqueiros estrangeiros (Couto e Hackl; 2007, p. 325). Ou seja, o dinheiro proporcionado pelo governo americano, grandes capitães da indústria e banqueiros de Wall Street através desse plano proporcionou uma forma de diminuir a vulnerabilidade alemã sob o peso das reparações. Segundo Schacht, o país cumpria com seus compromissos de pagar as indenizações com “(...) dinheiro emprestado e não com os excedentes de exportação. Era só questão de tempo, até que a Alemanha não tivesse mais condições de efetuar pagamento em moeda estrangeira” (Schacht, 1999, p. 296).

Como mostra a tabela 3.2, durante todo tempo de vida do plano, isto é, entre 1924 à 1928, o PIB alemão e a produção industrial cresceram. Mas, a maior facilidade de obtenção de crédito também fez com que a Alemanha ficasse dependente do capital externo. Conseqüentemente, o país ficou vulnerável com o aumento da dívida externa e do desemprego, pois o empréstimo externo estava sendo usado também para a compra de mercadorias estrangeiras. Com a retração de crédito, empresas não obtinham capital necessário para investir e produzir, conseqüentemente levando à queda na capacidade produtiva e na contratação de novos trabalhadores, ao ponto de, já em 1928, ocorrer um aumento na retração de produção industrial e uma grande leva de demissões.

Tabela 3.2

Indicadores Econômicos Seleccionados (1923-1932) - (1913 = 100)					
	PIB	Produção Industrial	Volume de Exportações	Saldo Comercial	Desemprego
1923	79,00	46,00	53,00	-	9,60
1924	93,00	70,00	51,00	-2458,00	13,60
1925	103,00	82,00	65,00	-3145,00	6,70
1926	106,00	80,00	72,00	431,00	18,00
1927	117,00	100,00	73,00	-3313,00	8,80
1928	122,00	101,00	83,00	-1876,00	8,40
1929	121,00	88,00	92,00	127,00	13,10
1930	119,00	71,00	87,00	1687,00	15,30
1931	110,00	60,00	79,00	2879,00	23,30
1932	102,00	67,00	55,00	1088,00	30,10

Fontes: PIB; Volume de exportações: Madisson (1991, p. 212 e 316) apud Mazzucchelli (2009, p. 138). Produção Industrial; Desemprego; Saldo comercial: Mitchell (1992, p. 411, 559 e 160) apud Mazzucchelli (2009, p. 138).

Logo, o plano foi importante para o crescimento do país. Pois além do capital norte-americano tenha sido útil para as reparações, também foi importante para a reindustrialização nacional. Com o capital, o país conseguiu aumentar os seus investimentos, angariar um grande volume de entrada de capitais estrangeiros e ofertar mais bens de consumo, tanto para a economia interna como externa, demandando mais mão de obra, ao ponto de em 1925 o desemprego alcançar a sua menor taxa, de 6,7%, vide tabela 3.2 acima. A entrada de fluxos de capitais no país era também em grande parte de curto prazo, isto é, investimentos em títulos de empresas alemãs no mercado financeiro, em função das expectativas de crescimento da economia nacional e da alta taxa de juros (Costa, 2017). Entretanto, o saldo comercial na balança comercial era muitas vezes negativo, em grande parte ocasionado pelo crescimento da renda doméstica e consequentemente demandando mais bens no mercado externo, como mostra também a tabela 3.2.

O Plano Dawes, para ser bem sucedido necessitava que o governo alemão se esforçasse para se adequar aos requisitos exigidos pelo plano. O plano requeria uma política de austeridade fiscal. Como o plano tinha como foco conceder empréstimos de longo prazo e monitorar as contas públicas alemãs por órgãos internacionais, o país deveria por consequência gerar superávits na sua balança de pagamentos, o que faria com que, ao longo do tempo, o país pudesse pagar as dívidas de guerra de uma forma mais equilibrada. Ou seja, o superávit na balança de pagamentos faria com que o país obtivesse recursos para as indenizações em moeda alemã, gerasse demanda efetiva para impulsionar o consumo e produção assim como aumentar as exportações relativamente em relação às importações, garantindo uma grande entrada de capitais para investimento doméstico. E para evitar déficits e financiamento das reparações por aumento da oferta de moeda, o país seria fiscalizado por agentes externos. Portanto, era preciso manter ao mesmo tempo um superávit fiscal e na balança comercial, com o intuito de assegurar um equilíbrio orçamentário e nas políticas externas.

A lógica então para que o Plano Dawes fosse bem sucedido era a implantação de uma política de austeridade, isto é, promover superávits fiscais para custear as reparações por meio de moeda alemã assim como gerar capital suficiente para investimento interno. Dessa forma, o país teria condições de cumprir com suas obrigações externas e incentivar a recuperação da economia com um todo.

O Plano Dawes pressupunha superávit fiscal ou pelo menos orçamento equilibrado. Mas o que foi visto é o oposto, ou seja, um permanente déficit durante e após a implementação do plano assim como um saldo comercial negativo na maior parte do período. A disparidade dos juros nacionais frente aos juros de outros países estrangeiros aumentava o interesse destes para com o país, havendo assim uma grande entrada de capitais externos – em grande parte norte-americanos. Isto é, as altas taxas de juros estabelecidas pelo Reichsbank faziam com que os estrangeiros escolhessem manter suas reservas no país. Consequentemente, suas reservas em divisas e em ouro cresceram enormemente. Tal fluxo de entrada de capitais no país fez com que a Alemanha se protegesse de um processo deflacionário do próprio Plano Dawes até a crise de 1929. Depois do segundo semestre de 1928, o desemprego que era alto anteriormente, mas com taxas relativamente toleráveis, começou a crescer antecipando um período de instabilidade crescente, e disparou após a crise de 1929. Esta deterioração das condições econômicas foi o resultado da redução do fluxo de empréstimos de curto e longo prazos vindos do exterior, principalmente dos EUA.

Tabela 4.2

Despesas, Receitas e Saldo Orçamentário Alemão - em milhões de marcos-ouro (+ = superávit fiscal, - = déficit fiscal)			
Ano Fiscal	Despesas (A)	Receitas (B)	Saldo (B - A)
1924-1925	7.220	7.757	537
1925-1926	7.444	7.334	-110
1926-1927	8.543	7.690	-853
1927-1928	9.316	8.961	-355
1928-1929	10.888	9.751	-1.137
1929-1930	10.846	10.061	-785

Fonte: Bresciani, 1989, p. 191.

Portanto, a mudança de expectativa estrangeira sobre o mercado alemão se deu através da estabilização monetária e da redução das incertezas políticas externas. Mas o fator chave para a mudança foi a entrada dos Estados Unidos na questão das reparações de guerra e ajuda financeira para reconstrução econômica europeia. Para ter acontecido o Plano Dawes, devemos pressupor que, na época, a conjuntura econômica dos EUA no período também contribuiu para o sucesso econômico alemão entre 1924-1928. Neste período, a economia norte-americana passava por um momento de grande bonança. Entre 1921 e 1929, o PIB norte-americano cresceu 45% e a sua produção industrial 88% (Mazzucchelli, 2009, p. 171). Houve uma grande expansão de crédito e facilidade nas condições de liquidez, uma alta na especulação dentro do mercado financeiro e um *boom* do consumo – em que propagaram com

sucesso o *american way of life*. Basicamente, foi um enorme crescimento econômico financiado e realimentado por crédito a baixo custo e alta liquidez, tendo não só a Alemanha mas a Europa como um todo tendo sido beneficiadas desse capital. Além disso, entre 1924-1928, suas reservas em moeda estrangeira e ouro se expandiram exponencialmente fruto também das exportações. O aumento destas reservas também contribuiu para a grande facilidade de oferta de crédito atrelada a uma crescente liquidez, que fez o consumo doméstico aumentar de forma excepcional. Dessa forma, foi fácil para o país ter mantido um forte volume de empréstimos durante a década de 1920 até 1929.

Diante deste cenário, cada vez mais a Alemanha começava a se tornar dependente dos empréstimos externos, sem se preocupar com as consequências de um aumento exorbitante do endividamento externo. Logo, a abertura comercial e a grande facilidade de obtenção de crédito contribuíram para que o país tivesse um aumento do seu déficit, isto é, a abertura comercial não foi a principal razão para tal crescimento mas sim permitiu que o déficit se expandisse, como mostra a tabela 4.2. Através do endividamento externo, o país se tornou capaz de investir em sua economia e ainda honrar com as reparações de guerra. Agora, os déficits - tanto comerciais como públicos - eram financiados pela captação de recursos provindos do exterior. Em contrapartida, tal facilidade na oferta de crédito e alta liquidez fez aumentar a vulnerabilidade do país referentes as flutuações externas do mercado internacional, visto que o grande cenário otimista de nada faziam perceber o risco que tal atividade proporcionaria com o final dessa prosperidade, que começava a surgir já no segundo semestre de 1928 e explodindo no ano de 1929 através do *crash* da bolsa de valores de Nova York, ou seja, através da perda de liquidez externa.

Os banqueiros e grandes capitães da indústria americana tinham o interesse de estabelecer relações econômicas e financeiras com a Europa. Entretanto, a atual situação que o continente se encontrava fazia com que tal objetivo não fosse concluído. É através de um total jogo de interesses, visando sempre o lucro, que tais homens se organizam em tentar resolver de alguma forma os problemas referentes aos principais países da região - França, Reino Unido e Alemanha -, fazendo com que os EUA desvirtuem da política isolacionista que exerciam durante a época. Além disso, fazendo com que a Alemanha recuperasse sua economia, os países vitoriosos poderiam pagar as suas dívidas feitas pela tomada de empréstimos norte-americanos. E dessa forma, com a boa vontade das economias francesas e britânicas em cooperar com a redução das dívidas alemãs e da retração nos gastos com armamentos, os recursos fiscais de cada nação se tornariam superavitárias, a pressão inflacionaria desapareceria assim como o desemprego. A estabilidade interna desses países e da Europa no geral seria reestabelecida, fazendo com que os EUA aumentassem os investimentos em toda a Europa e o dólar se tornaria cada vez mais a moeda principal do sistema monetário internacional, mesmo com a tentativa de restauração do padrão-ouro.

Como visto anteriormente, para a recuperação econômica alemã e europeia em geral, foi muito importante o elevado fluxo de capital norte-americano para o país e para todo o território europeu. Os elevados movimentos de capital dos EUA contribuíram, portanto, para a estabilização e retomada do crescimento da economia europeia (ver Tabela 5.2). Nesse

cenário, o dólar foi substituindo a libra como a principal moeda para transações internacionais e como reserva, no lugar do ouro.

Tabela 5.2

Movimentos Líquidos de Capitais: Estados Unidos, 1917-1938				
(- = saída, + = ingresso: média dos intervalos em \$ milhões)				
Intervalos	Capitais norte-americanos			Capitais Estrangeiros
	Oficiais	Privados	Total	
1917-1919	-3337,30	-386,60	-3723,90	97,70
1920-1924	-6,00	-607,60	-613,60	143,80
1925-1930	42,10	-1007,00	-964,90	353,00
1931-1938	2,90	335,50	338,40	79,50

Fonte: U.S. Bureau of Census (1960, Scrics U 185-90: 564). Obs.: Os valores positivos para os capitais oficiais ou privados norte-americanos representam, respectivamente, montantes de amortização de empréstimos ou de repatriação de fundos superiores às saídas verificadas no período.

Logo, através da estabilização monetária e do auxílio de capital externo, a Alemanha conseguiu resolver de certa forma a falta de demanda efetiva. Até o momento, a questão do endividamento externo não era tão passível de se ter tanta preocupação por parte dos agentes econômicos e membros do partido. Como o futuro é incerto, não esperavam que houvesse uma crise no mercado financeiro em uma das principais economias da época e de que tal crise afetaria sensivelmente sua economia e a maioria das principais potências comerciais. Mesmo com a tentativa de golpe em 1923, os nazistas ainda não eram populares durante a década, em virtude justamente pelo sucesso da recuperação econômica feita pelos diligentes de Weimar. Entretanto, iremos observar que, através da opção em estabelecer um crescimento por endividamento e logo em seguida das contra-reformas para resolver os problemas provocados pela retração dos empréstimos de longo prazo e liquidez externa, que a população começa a aceitar os nazistas como escolha de mudança e de um caminho para uma nova Alemanha.

2.2. INSTABILIDADE E RECESSÃO: 1929-1932

A grande dependência dos empréstimos externos de longo prazo começou a mostrar as suas consequências já em meados de 1928. A estratégia de crescimento econômico através do aumento do endividamento não mais se sustentava. No segundo semestre de 1928, o fluxo de capitais destinados ao país começou a decrescer. A expectativa de se gerar grandes lucros na bolsa de valores de Nova Iorque fez com que houvesse um processo migratório de capitais para o outro país. A Alemanha possuía *bonds* – títulos – que circulavam no mercado norte-americano. Com a retração dos fluxos de capitais dentro da Alemanha e com a crise que se instaurou no ano seguinte, houve a perda de valorização desses papéis no mercado financeiro internacional ao mesmo tempo que ocorreu uma forte perda de liquidez externa e contração dos empréstimos, como podemos ver na tabela 6.2 abaixo.

Tabela 6.2

Alemanha: Balanço de Pagamentos (1927-1932)						
Milhões de Reichsmarks						
	1927	1928	1929	1930	1931	1932
Transações Correntes	-4.244	-931	-2.469	-601	1.040	257
Empréstimos de Longo Prazo	1.703	1.788	660	967	126	-36
Empréstimos de Curto Prazo	1.779	1.335	765	117	477	-763
Outros Movimentos	310	1.000	879	-594	-3.496	286
Balanço de Capitais	3.972	4.123	2.304	490	-2.693	-513

Fonte: Overy (1986: 12)

Diante do cenário, houve pressão para um novo acordo, referente à saúde financeira do país e a questão referente à permanência do pagamento das reparações: o Plano Young, em 1929. O plano foi um fracasso, não conseguindo captar recursos necessários para reduzir a crise e diminuir as dívidas de guerra. A conferência tratava novamente em renegociar o valor das reparações e de que forma seria pago o valor sem interferir na estabilidade da economia do país. Diferente do Plano Dawes, o Plano Young gerou grande desapontamento. O plano impediu qualquer tipo de expectativa alemã de comercializações em larga escala de suas dívidas. As reduções em empréstimos de longo prazo de investidores externos e norte-americanos declinavam fruto do aumento dos juros americanos para conseguir, de alguma forma, entrada de capitais e obtenção de reservas em moeda estrangeira e ouro. Além disso, Schacht tinha um plano de criar um banco internacional. Este seria responsável pela distribuição dos pagamentos de guerra e serviria como credor de países subdesenvolvidos. E com isso, tais países poderiam desenvolver sua economia e sua indústria, proporcionando a expansão do comércio alemão para com esses países. Ao mesmo tempo, o avanço comercial centro-periférico culminaria no aumento de reservas internacionais suficientes para cumprir com os pagamentos de guerra em moeda estrangeira, sem afetar o nível de reservas e a economia da Alemanha no geral. Entretanto, tal plano não teve grande apoio.

Segundo as palavras de Schacht:

“Gostaria de propor-lhe no Plano Young o compromisso de todos os participantes de instituírem conjuntamente um banco, pelo qual, por um lado, os pagamentos de reparações devam ser distribuídos, e, por outro, porém, tenha a tarefa de executar operações financeiras internacionais, pelas quais fluam verbas aos países subdesenvolvidos, a fim de que possam explorar suas matérias-primas naturais e aumentar sua produção agrícola. Com a ajuda financeira, esses países estariam em condições de comprar as instalações industriais, necessárias para o aumento de produção, especialmente da Alemanha” (Schacht, 1999, p. 315) apud Couto e Hackl (2007, p. 327).

Ao mesmo tempo, Brüning assume o papel de cuidar da economia, diante de uma Alemanha em recessão. A redução da obtenção de crédito do exterior foi ocasionada pela retração do fluxo de capitais no mercado durante a crise. Como a economia estava amplamente dependente desse capital, conseqüentemente houve uma redução da produção industrial e aumento do desemprego. A pressão pelo recebimento de juros dos empréstimos de curto prazo e a suspensão dos de longo prazo fez com que uma pequena retração se transformasse em uma grande crise econômica nacional em decorrência da grande relação criada entre o país e o mercado financeiro internacional - mais precisamente o norte-americano.

Brüning interpretou a crise como passageira (Costa, 2017). E pela tal interpretação, optou por manter políticas ortodoxas. Os pilares da política eram: manter a estabilidade monetária para evitar pressões inflacionárias que fizessem voltar as lembranças da hiperinflação, evitando ao máximo a desvalorização; reduzir ao máximo as incertezas para os agentes econômicos – tanto internos como externos – para gerar otimismo sobre o mercado doméstico e gerar incrementos na produção e investimentos assim como uma nova entrada de capitais ao país; expor a impossibilidade do país em manter os pagamentos das dívidas de guerra. Além disso, Brüning também trabalhou para manter funcional o sistema padrão-ouro no país. Uma possível política de desvalorização do *reichsmark* estava fora de questão. Brüning acreditava que qualquer medida de desvalorização monetária poderia expor o país à volta da inflação e incredibilidade governamental, podendo afetar negativamente a economia. Diferentemente dos outros países que estavam desvalorizando sua moeda, para angariar excedentes de exportação e aumentar o nível de reservas internacionais.

Dessa forma, diante da desaceleração da economia, aumento do desemprego e contração de empréstimos externos de longo prazo – iliquidez externa -, Brüning opta por uma política de austeridade, isto é, pela redução dos gastos do governo, aumento tributário e retração de preços e salários. O Chanceler tinha a expectativa de reduzir a demanda alemã através do corte de preços domésticos, para tornar as exportações mais competitivas e assim gerar receita para equilibrar as contas e pagar as reparações. A deflação e a defesa do padrão-ouro foram suas opções para a saída da crise, medidas comuns perante o *mainstream* econômico da época. A austeridade também faria com que os investidores criassem melhores

expectativas sobre a economia e o governo alemão, através da redução dos gastos públicos e de medidas de contenção de gastos em atividades que demandavam alto gasto governamental, recuperando a imagem positiva dos agentes econômicos sobre a economia alemã, que providenciaria sua recuperação (Liu, 2013, p. 6-7).

Entretanto, as medidas idealizadas para recuperar o país acabaram por gerar ainda mais danos na economia, como mostra a tabela 7.2 abaixo. A Renda Nacional, entre 1928 e 1932, reduziu-se cerca de 30 bilhões – vide tabela 7.2 - e o desemprego aumentou para 5,6 milhões, cerca de 30% da população total do país – tabela 3.2. Já em 1928, a maior parte dos países industrializados começou a impor restrições referentes à obtenção de crédito em vista de uma possível recessão que poderia acontecer. Sendo assim, os EUA acabam por não oferecer mais empréstimos, voltando a tender pelo isolacionismo e resolução dos problemas econômicos internos. Consequentemente, com a redução de fundos, escassez de capital, e com o país fortemente dependente desses recursos, a economia começou a sofrer. O governo de Weimar até tentou emitir títulos públicos como uma forma de arrecadar receita. Porém, a hiperinflação ainda permanecia na memória dos investidores alemães, não tendo sucesso a estratégia. Ou seja, as políticas austeras de Brüning fizeram aumentar o déficit orçamentário ao mesmo tempo em que retraía a produtividade econômica.

O resultado das decisões de Brüning fez com que houvesse a declaração de moratória em 1931 – moratória Hoover - devido à grande evasão de divisas e aumento marginal do déficit na balança de pagamentos e o cancelamento das indenizações por tempo indeterminado, realizado na Conferência de Lausanne em 1932. As baixas expectativas de melhoria da economia nacional, as incertezas sobre o pagamento das reparações e do alto endividamento externo, afetaram as expectativas dos agentes econômicos. Ao mesmo tempo, houve uma grande fuga de fluxo de capitais do país, esgotando as reservas estrangeiras do Reichsbank e pressionando para cima a taxa de juros. E também, a Grande Depressão fez com que as nações aumentassem suas taxas de importação, impusessem quotas de importação e desvalorizassem suas moedas – com o intuito de manter a competitividade comercial e de saldos positivos em suas balanças comerciais. Essas medidas prejudicaram as exportações alemãs, e assim impediram o pagamento de juros dos empréstimos tomados nos anos 1920 (Couto e Hackl, 2007, p. 333). Liu (2013, p. 3) afirma que, entre 1929-1932, o crescimento econômico se reduziu fruto da grande queda do consumo. Além disso, o período caracterizou-se por: alta queda de preços, aumento do desemprego e falências, aumento da taxa de juros, redução de empréstimos estrangeiros de curto e longo prazos, fuga de capitais, decréscimo da importação de bens de subsistência assim como de investimentos na indústria.

Tabela 7.2

A Depressão na Alemanha (1928-1932)					
	1928	1929	1930	1931	1932
Renda Nacional (Bilhões Reichsmarks)	75,4	76,0	70,2	57,5	45,2
Produção Industrial (1928 = 100)	100,0	100,1	87,0	70,1	58,0
Exportações (Bilhões Reichsmarks)	12,3	13,5	12,0	9,6	5,7
Importações (Bilhões Reichsmarks)	14,0	13,5	10,4	6,7	4,7
Desemprego (Milhões)	1,4	1,8	3,1	4,5	5,6

Fonte: Overy (1996:14)

A queda da atividade nacional impediu o aumento da oferta de bens manufaturados alemães no mercado mundial ao mesmo tempo que a demanda internacional, fruto das seguidas desvalorizações e limitações nas importações – ações tipicamente protecionistas para salvaguardar seus saldos comerciais, em que desvalorizações estabelecidas pelos próprios países possuíam o efeito de aumentar o fluxo de reservas estrangeiras e ouro para seus próprios países em relação àqueles que não decidissem por uma política inflacionista -, contribuía para o encarecimento dos produtos alemães e a sua eventual queda na demanda por parte dos estrangeiros. Causa disso também foi a negligência das decisões políticas realizadas pela República de Weimar, que não só foi a causadora da derrota na guerra pelos olhos da maioria da população, como também provocou as crises econômicas. Nesse cenário surge então o nazismo, dando uma falsa esperança de estabilidade e prosperidade para a população.

Assim, a partir dos acontecimentos relacionados à economia no início e no decorrer da década de 1920, que o Partido Nacional Socialista volta a crescer. Ou seja, a economia foi o fator central para a aceitação do povo alemão à mudança e para a aceitação do pensamento nazista. Os nazistas, desde o fim da Grande Guerra, detinham certo grau de popularidade na Alemanha. Tal popularidade decorria das acusações de que os aristocratas de Weimar foram os principais causadores da derrota alemã e das suas eventuais consequências econômicas e sociais durante a década de 1920. Como o país não fora invadido durante o conflito, este manteve a sua capacidade industrial assim como se caracterizou por não haver evasão de cérebros e ser um dos melhores países com capacidade técnica, sendo referência sobre qualidade industrial-militar e tecnológica. Entretanto, para os aristocratas de Weimar, o pensamento para a aceitação da derrota se deu por medo de uma mudança político-estrutural. Isto é, de que a permanência do país no conflito poderia acarretar uma revolução socialista, como o que aconteceria na Rússia com a Revolução Bolchevique. Com as medidas de política econômica exercidas por Weimar no primeiro período e dos desdobramentos das políticas de Brüning, corroboraram para a aceitação das ideias nazistas pelo povo.

Logo, o ponto defendido neste capítulo aborda o argumento de que a política de crescimento com endividamento contribuiu para a ascensão nazista no poder. Durante o primeiro momento, o país obteve um crescimento que o fez recuperar sua economia doméstica através da obtenção de empréstimos de longo prazo, que gerou o aumento da vulnerabilidade externa e evasão de reservas em moeda estrangeira. No segundo momento, a

retração de crédito externo e logo em seguida a crise da bolsa norte-americana, fez com que o país passasse por uma forte instabilidade provocada pelas decisões feitas no primeiro momento. E sob tal cenário, a nova opção de política econômica não conseguiu resolver o processo de instabilidade econômica, levando as duas decisões de política econômica nestes dois momentos à recessão e contribuindo para a entrada dos nazistas no governo.

3. RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E TRANSIÇÃO PARA ECONOMIA DE GUERRA: 1933-1938

Depois da Crise de 1929 e das consequências das políticas contracionistas de Bruning, a economia alemã passou por um período de recuperação entre 1933-1938, durante os primeiros anos do regime nazista. Neste período, há o grande esforço de acabar com os altos níveis de desemprego e preparar a economia para a guerra, o principal objetivo de Hitler. O resultado foi a expansão da demanda efetiva, embora essa não fosse a intenção do regime, já que a política não dispunha de qualquer teoria econômica consistente sobre os efeitos do gasto público que pudesse orientar esse tipo de política.

Sob essa perspectiva, a melhor forma de compreensão deste período histórico é a separação em dois momentos. O primeiro corresponde aos anos de 1933 a 1936, referentes às políticas econômicas de saída do desemprego e políticas macroeconômicas de cunho majoritariamente civil, com o “Novo Plano” de Hjalmar Schacht, entre 1934-1936, com a criação das Letras Mefo, para angariar fundos para o financiamento dos gastos estatais e consequente endividamento público. O segundo é marcado pelo II Plano Quadrienal arquitetado por Goring, entre meados de 1936 a 1938, em que apresenta reformas diferentes das de Schacht para acelerar a produção industrial para o início da guerra, rigidez de preços e salários e contenção do consumo privado, tendo o foco o uso da economia para a mobilização militar.

Neste capítulo, o objetivo é mostrar de que forma as políticas macroeconômicas realizadas entre essas duas fases contribuíram para a economia de guerra que o país enfrentaria nos próximos anos e se foi bem ou mal sucedida em resolver as questões pertinentes da época, ou seja, o desemprego, o alto endividamento externo e a escassez de divisas. O capítulo sustenta que a política econômica realizada durante o período foi, no primeiro momento, voltada para a solução dos problemas relacionados à economia doméstica civil alemã sob o comando de Schacht; e no segundo momento, voltada para uma política de mobilização econômica de guerra, agora sob o comando de Goring. Porém, as políticas econômicas feitas para preparar o país para a guerra não tiveram o sucesso esperado.

3.1. POLITICA DE EMPREGO E O “NOVO PLANO” DE HJALMAR SCHACHT

Para que o principal objetivo do partido fosse executado, era preciso resolver o problema do desemprego e não seguir as mesmas políticas públicas implementadas em Weimar. Ou seja, era necessário se afastar ao máximo da ortodoxia, e a economia deveria ser subordinada aos interesses políticos do Estado. Isto é, a economia deveria ser conduzida em consonância com as prioridades definidas pelo Estado (Mazzucchelli, 2009, p. 244). Logo, durante os primeiros anos do regime há a priorização de uma política de criação de empregos, principalmente em atividades que demandavam uma alta utilização de mão de obra, e de incentivo à criação de demanda efetiva através do gasto público. Tais atividades eram principalmente ligadas à infraestrutura e construção civil, como estradas, pavimentação e casas – principalmente a política de criação de grandes autoestradas que ligariam todo país com sua capital, Berlim: as *autobahns*. O foco se deu na construção civil pois o setor caracteriza-se por um alto potencial empregatício no curto prazo, retraindo o volume de desempregados de forma mais rápida além de promover economias de escala.

Para que Hitler tivesse êxito em seu governo era primordial a solução do problema do desemprego nacional. Pois resolvendo tal questão, a relação da população com o partido se tornaria positiva e benéfica ao ponto de facilitar a aceitação de futuras políticas que o governo considerava como fundamentais. Logo, a solução da questão empregatícia não só servia como uma forma de resolver aspectos de caráter econômico do país como também atuava como uma forma de propaganda do partido e do auxílio à aceitação de políticas e ações que seriam estabelecidas no futuro. Além disso, os nazistas também precisavam do apoio dos empresários para se manterem no poder. Pois o apoio de grandes capitães da indústria também era essencial para a conquista do objetivo rearmamentista. Diante disso, como precisavam de suporte destes agentes, o governo teria que favorecer e estabelecer acordos com *junkers* remanescentes – antigas famílias de nobres aristocratas, burgueses -, isto é, conglomerados com grandes capitães de indústrias – Thyssen e Krupp, por exemplo. O sucesso do nazismo e de suas ideias dependia do sucesso das políticas de criação de empregos para a queda do nível de desemprego no país e do grau de relação e apoio desta velha aristocracia, como elemento de coerção dentro do espaço de trabalho.

A forma de financiar as políticas de criação de emprego se deu através do aumento do gasto público – como citado anteriormente. Para isso, o Reichsbank mudou a sua forma de operar. A política deflacionista e austera - antes em Weimar sob as ordens de Brüning - cedeu o lugar para uma nova forma de política através da aprovação de aumento do gasto público por meio de normas e decretos com o intuito de justamente aumentar os gastos do Estado. Ou seja, foi através de grande endividamento público que foi possível o sucesso da política de criação de emprego. Como não havia a possibilidade de se injetar mais capital estrangeiro no país para o fomento da atividade comercial e industrial interna devido ao cenário internacional pós-crise de 1929, o único meio viável do governo foi através da intervenção do Estado na economia. Logo, o planejamento da economia estabelecido pelo reich para a redução do desemprego foi através da expansão de crédito e investimento público – aumento dos gastos

do governo, isto é, endividamento público – e incentivos fiscais – concessão de subsídios e impostos, facilidades para obtenção de crédito a custos mais baixos.

Uma das formas adicionais de expansão do crédito se deu através da proposta de estimular o consumo privado, a partir de empréstimos para casamento e compra de bens de consumo duráveis e não-duráveis; além do fim da tributação sobre veículos, visando estimular produção e consumo. De certo modo, as políticas estabelecidas no início do governo nazista não só resolveram o problema do desemprego como fizeram com que o PNB voltasse a crescer, como podemos observar na tabela 1.3 a seguir.

Tabela 1.3

A Recuperação Alemã (1932-1938)								
	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
PNB (Bilhões de Reichsmarks)	89,5	57,6	59,1	66,5	74,4	82,6	93,2	104,5
Renda Nacional (Bilhões de Reichsmarks)	75,4	45,2	46,5	52,8	59,1	65,8	73,8	82,1
Produção Industrial (1928 = 100)	100,0	58,0	66,0	83,0	96,0	107,0	117,0	122,0
Desempregados (Milhões)	1,4	5,6	4,8	2,7	2,2	1,6	0,9	0,4

Fonte: Overy, 1995, p. 35

A política de criação de empregos do reich foi bem sucedida. Os investimentos feitos entre 1933 e 1934, totalizando cerca de 5,0 bilhões de *reichsmarks* – vide tabela 2.3 a seguir –, fez com que tal projeto afetasse cerca de 2,5 milhões de pessoas, cerca de metade da população que se encontrava desempregada (Liu, 2013), reintegrando todas essas pessoas ao mercado e conseqüentemente implicando crescimento no consumo e na demanda agregada em um curto espaço de tempo.

Tabela 2.3

Gastos Cumulativos em Criação de Empregos Civis (1933-1934) - Milhões de Reichsmarks		
	Até o fim de 1933	Até o fim de 1934
1 Construções Publicas	885,6	1002,4
2 Casas	723,3	1280,0
3 Infraestrutura	950,8	1683,9
4 Agricultura e Pesca	337,4	389,2
5 Promoção do Consumo	70,0	70,0
6 Escritório de Emprego do Reich	164,0	568,0
7 Total	3131,1	4993,5
8 Para Comparação Despesas Adicionais Militares	100,0	2780,0

Fonte: Abelshauser (2000, p. 126) Notas: 1. Estradas, manutenção, edifícios públicos, pontes e túneis. 2. Manutenção, pequenos assentamentos, construção de casas e renovação urbana. 3. Reichsbahn (railways), Reichsautobahnen (motorways), Reichspost (serviço de postagem) e transportadoras. 4. Melhoria da terra, assentamentos, pesca e manutenção. 5. Campanhas do governo para encorajar o gasto com consumo. 6. Fundos básicos de promoção ao trabalho, incluindo fundos de labour service. 7. Soma de todas as categorias (1-6) 8. Inclui gastos financiados através dos "Mefo-bills". Há muitas estimativas para 1934. Esse alto montante de gastos militares ocorreu somente no fim de 1934.

Sobre o mercado de trabalho, os nazistas inicialmente optaram por uma política de rigidez salarial, proibição de greves e abolição de sindicatos. Segundo Liu (2013, p. 10), os nazistas controlaram o crescimento do consumo privado através do congelamento de salários. Isto é, estabeleciam uma política de contenção de aumento no consumo das famílias. Entretanto, mesmo com os salários congelados, os trabalhadores aumentavam os seus salários de formas indiretas como concessão de bonificações e gratificações. Mas o mais importante foi que o aumento da massa salarial fruto da expansão de geração de empregos na economia acarretou uma grande expansão do consumo privado e conseqüentemente da demanda agregada, ao ponto de em 1936 ocorrer escassez de mão de obra. É a partir desse ponto que o foco dos nazistas em atuar nos problemas da economia civil se inverte e tomam o rumo para a expansão dos gastos com armamentos no II Plano Quadrienal de Hermann Goring.

A questão principal de Hitler era o rearmamento para uma nova guerra contra os seus rivais – França e Grã-Bretanha. Logo, a expansão do emprego e a questão bélica eram elementos que andavam em conjunto. A rápida recuperação da economia e diminuição do desemprego se deu pela enorme expansão de gastos públicos para a reconstrução do aparato militar além de proporcionarem uma propaganda positiva do regime capaz do povo acatar e concordar com as ideias nazistas de entrar em guerra novamente com tais países, mesmo sendo passados de forma indireta. Mas, durante a primeira parte do período nazista pré-guerra 1933-1936, o foco foi mais na recuperação econômica e na ampliação do emprego do que nos gastos especificamente com aparato militar.

Como visto anteriormente, esta primeira fase se caracterizou pelo aumento dos gastos públicos financiados pelo também aumento da dívida pública e redirecionamento de crédito para a geração de empregos – principalmente na construção civil, indústria automobilística e bélica. Como podemos ver na tabela 3.3 a seguir, entre 1933-1938, as despesas referentes aos gastos com armamentos, gastos públicos em bens e serviços e renda nacional cresceram nesse período. Foi somente após 1936 em diante – na segunda fase do período, com o II Plano Quadrienal – que a questão dos gastos militares começou a ter mais relevância economicamente. As despesas militares, em relação ao total dos gastos públicos, ficaram em média acima dos 45%. Já os gastos do governo com o rearmamento em relação à renda nacional gravitavam acima dos 15% entre 1936-1938, chegando ao pico de 22% em 1938. Segundo Overy (2002: 10-1), “apenas quando a recuperação se firmou como um fato consumado em 1936, e quando o movimento nazista se fortaleceu politicamente e se tornou menos dependente das elites tradicionais, é que foi possível acelerar o rearmamento e reestruturar a indústria e a força de trabalho em prol das prioridades”.

Tabela 3.3

Alemanha: Despesas com Rearmamento, Gastos Públicos e Renda Nacional (1933-1938)					
	Despesas Com Rearmamento (1) (Bilhões de Reichsmarks)	Gasto Público em Bens e Serviços (2) (Bilhões de Reichsmarks)	Renda Nacional (3) (Bilhões de Reichsmarks)	% (1)/(2)	% (1)/(3)
1933	1,8	10,1	42,5	17,8	4,2
1934	3,0	14,6	49,0	20,5	6,1
1935	5,4	16,6	55,3	32,5	9,8
1936	10,2	21,9	62,1	46,6	16,4
1937	10,9	23,5	69,9	46,4	15,6
1938	17,2	31,3	78,3	55,0	22,0

Fontes: (1): Overy (1996: 48); (2): Barkai (1990: 262); (3): Barkai (1990: 257)

O financiamento para a realização desses gastos se deu pelo controle do sistema financeiro nacional, isto é, através do controle das poupanças privadas, ou seja, seu confisco, transferindo os recursos captados no setor privado para as mãos do Estado. A partir desse método, os nazistas conseguiram obter liquidez suficiente sem que afetassem relativamente a taxa de juros – a taxa de juros girava em torno de 4% (Mazzucchelli, 2009), sendo mais fácil a ampliação dos investimentos e do endividamento público. E cada vez mais que a economia inseria mais trabalhadores no mercado, reduzindo as taxas de desemprego e caminhando aos poucos ao pleno emprego, as taxas de juros as acompanhavam com reduções progressivas. Segundo Mazzucchelli (2009, p. 252), entre 1933-4 e 1938-9, além da emissão de 12 bilhões de *reichsmarks* em Letras Mefo, a dívida pública saltou de 13,9 bilhões de *reichsmarks* para 41,7 bilhões de *reichsmarks*, sem que se produzissem quaisquer pressões sobre a taxa de juros.

Além da expansão da dívida pública, a arrecadação tributária também foi importante para os meios com os quais aconteceria a recuperação econômica e a mobilização industrial-militar. Segundo os dados da tabela 4.3 a seguir, podemos observar os números referentes às receitas e os demais elementos fiscais. Segundo Mitchell (1992: 819) e Mazzucchelli (2009, p. 254), a arrecadação tributária cresceu 160% entre 1933 e 1938, cuja participação no total das receitas saltou de 22% para 44% no período.

Tabela 4.3

Alemanha: Contas Públicas e Oferta de Moeda (1933-1938) (Bilhões Reichsmarks)						
	Receitas do Governo Central	Despesas do Governo Central	Dívida Pública*	Receitas/Renda Nacional** (%)	Dívida/Renda Nacional** (%)	Oferta de Moeda*
1933	6,8	8,9	13,9	16,0	32,7	13,9
1934	8,2	12,6	15,9	16,7	32,4	15,7
1935	9,6	14,1	20,1	17,4	36,3	16,7
1936	11,4	17,3	25,8	18,4	41,5	18,1
1937	13,9	21,4	31,2	19,9	44,6	20,0
1938	17,7	32,9	41,7	22,6	53,3	23,7

Fontes: Overy (1996: 43); Barkai (1990: 257). * Não inclui as Letras Mefo. ** As estimativas da renda nacional de Barkai, aqui utilizadas, não coincidem com as apresentadas por Mitchell (1992: 894).

No geral, a recuperação econômica nazista se caracterizou pela busca do pleno emprego, constantes reduções das taxas de juros, busca pela estabilidade de preços e salários, contenção do consumo e baixa utilização de crédito externo para investimentos. Sobre a política monetária, a oferta de moeda não foi relativamente alta, pois os depósitos das famílias – a poupança privada – gravitavam em uma margem satisfatória para o regime em utilizá-los para os gastos públicos, como forma de financiamento. Mesmo com as Letras Mefo, tal aumento da oferta de moeda não foi capaz de gerar uma grande crise inflacionária na época.

Outra forma de financiamento que foi feito durante o período de recuperação econômica foi durante a implementação do “Novo Plano” de Schacht: a criação das Letras Mefo – citadas anteriormente. Mefo é uma sigla em alemão de Instituto de Pesquisa Metalúrgica - *Metallurgisches Forschungsinstitut*, associação criada pelas empresas líderes alemãs do setor industrial para o fornecimento de produtos e matérias-primas, e que detinham uma grande quantidade de capital.

O mecanismo era uma forma alternativa de ampliação da dívida pública e da expansão da base monetária. Funcionava da seguinte forma: o governo nazista pagava pelos armamentos e matérias-primas emitindo notas promissórias garantidas pelo governo. Tais notas eram títulos com um bom grau de liquidez que podiam ser descontados pelo Reichsbank e ser trocado por dinheiro no banco, ou ser intercambiável por outros papéis. Dessa forma, o governo tinha a preferência de vender os papéis Mefo a agências de capital ao invés de negociá-los diretamente com o público. Tais agências captavam receita da poupança e previdência social, e emitia títulos de médio e longo prazo.

A receita aplicada era repassada ao governo em troca das letras Mefo. A engenharia financeira feita era também uma forma de ilusão monetária, pois os investidores compravam os títulos sem saber que eram emitidos pela associação por ordens do governo. Portanto, o

Reichsbank, para fazer frente às emissões das notas promissórias, imprimia papel-moeda para cobri-las. Consequentemente, fez com que aumentasse a circulação de dinheiro na economia.

Entre 1934 e 1937, o valor das emissões dessas letras financeiras totalizaram 12 bilhões de *reichsmarks*, cerca de 40% do valor das despesas com rearmamento entre esses anos (Barkai, 1990: 260). Entretanto, com a rigidez de preços e salários, a inflação se manteve controlada, explodindo apenas o endividamento público, isto é, segundo Feijó (2009, p. 260), “não se pode imputar às emissões de títulos Mefo o descontrole da dívida no período da guerra (...). A avaliação do impacto da dívida pública associada às emissões Mefo é positiva pelo perfil do endividamento até 1939 e por ter mantido a inflação sob controle: em quatro anos a inflação (índice de custo de vida) aumentou apenas 3,4% (Overy, 1996: 125), mesmo com forte crescimento econômico.” Como podemos ver na tabela 5.3 abaixo, as despesas do governo incluindo as Letras Mefo foram muito elevadas.

Tabela 5.3

Despesa Militar (1933-1939) - Milhões de Reichsmarks			
Ano Fiscal	Total de Gastos Orçamentários (I)	Letras Mefo (II)	Total (I + II)
1933/34	750	-	750
1934/35	1.953	2.140	4.093
1935/36	2.772	2.720	5.492
1936/37	5.821	4.450	10.271
1937/38	8.273	2.690	10.963
1938/39	17.247	-	17.247

Fonte: Overy (1995, p. 203)

Do ponto de vista de política econômica, a elaboração e os efeitos proporcionados pelas Letras Mefo se assemelham com a ideia do multiplicador keynesiano. As letras financeiras contribuíam para a geração de demanda efetiva, afetando positivamente as expectativas referentes à economia e a possibilidade de obter receita e aumentar renda, expandindo a capacidade de investimentos na produção e geração de novos empregos. Quando tais letras financeiras eram descontadas pela autoridade monetária – o Reichsbank -, estas não exerciam pressão sob o aumento dos preços domésticos, pois a recuperação econômica por si só já aumentava a circulação de papel-moeda, não sendo necessário um grande volume de emissão monetária. Segundo próprio Schacht:

“No que diz respeito à praticabilidade do sistema, o governo podia pagar as encomendas que fazia à economia privada, e que posteriormente se estenderam em especial para o rearmamento, com os saques Mefo. Os fornecedores podiam trocar os títulos imediatamente por dinheiro no Reichsbank. (...) Ocorreu que, como eu havia esperado, o dinheiro parado nos caixas e bolsos das empresas, que não se queria ou não se podia aplicar a longo prazo, foi utilizado imediatamente para essa aplicação de curto prazo. Como os saques davam 4% de juros e podiam ser trocados a qualquer momento pelo Reichsbank, substituíam, por assim dizer, o caixa em espécie, que de resto era mantido, e além disso ofereciam o lucro dos juros. Esse

sistema tornou possível que cerca de seis milhões de marcos em saques Mefo, cuja circulação total em quatro anos aos poucos subiu para 12 milhões de marcos, fossem absorvidos pelo mercado, não indo portanto para o Reichsbank. Com isso evitou-se qualquer efeito inflacionário do financiamento da geração de empregos e qualquer desvalorização monetária (Schacht, 1999, p. 385-386).

É importante observarmos que o padrão de demanda da economia alemã em Weimar é totalmente diferente durante o nazismo. Enquanto que Stresseman e Brüning optavam por gerar demanda de bens de consumo, a partir de 1933, o regime optou por ampliar a demanda de bens de capital e matérias-primas. Tal transição é explicada basicamente pelos objetivos militares de Hitler sobre uma nova guerra. Na tabela 6.3 abaixo, podemos observar a expansão da produção de carvão, aço, ferro, entre outros bens, majoritariamente industriais e relacionados ao esforço de guerra do que os considerados bens de consumo – calçados, têxteis e equipamentos domésticos. Através da imagem, a defasagem entre os bens de consumo e os de capital e matérias-primas é elevada, em que o setor industrial pesado cresceu cerca de 200% entre 1932 e 1938, enquanto a produção de bens de consumo se expandiu em apenas 38% no mesmo período (Overy, 1996: 29; 52).

Tabela 6.3

Alemanha: Índice de Produção para Indústrias Seleccionadas (1928-1938)				
1928 = 100				
	1932	1933	1935	1938
Carvão	69,4	72,7	94,8	123,0
Aço	33,3	44,5	108,8	154,3
Ferro	39,3	52,2	112,6	162,2
Veículos de Passageiros	28,6	59,7	136,1	200,7
Veículos Comerciais	22,9	40,7	121,7	200,7
Energia Elétrica	76,5	83,7	116,3	175,9
Máquinas sob Encomenda	32,8	39,1	111,8	166,7
Química	50,9	58,5	79,5	127,0
Calçados	85,3	101,5	101,7	118,5
Têxteis	79,2	90,5	91,0	107,5
Equipamentos Domésticos	69,6	70,5	80,4	113,6

Fonte: Overy (1996:53)

Sobre a perspectiva do salário, os nazistas optaram pela contração e congelamento de salários nominais. Os nazistas afirmavam que um dos problemas que culminou em Weimar foi a inclinação do governo para com os trabalhadores e revolucionários socialistas-comunistas, através de aumentos salariais e benefícios fiscais, que retraíam os lucros dos empresários para reinvestimento e consumo. A partir de 1933, há a caça aos sindicatos e as medidas de *profit squeeze*, para medidas de *wage freeze* ou *wage squeeze* (Mazzucchelli, 2009, 258-259). Tal medida fez com que as expectativas locais de empresários aumentassem

sobre a produção e os lucros, aumentando as relações publico-privadas, isto é, os empresários aliando-se cada vez mais aos nazistas. Segundo Tooze (2013, p. 142), “a combinação da demanda doméstica crescente com o fim da competição externa, os aumentos de preços e salários relativamente estáticos criaram um contexto no qual era difícil não auferir vultosos lucros”.

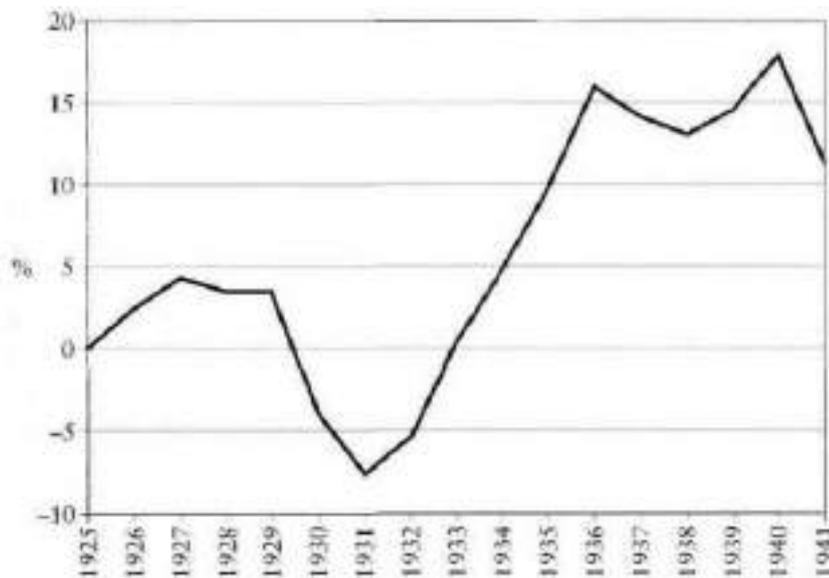
Na tabela 7.3 podemos perceber a queda do consumo privado e dos salários – tanto reais como nominais – em relação à renda nacional, entre 1933 e 1938 – e no gráfico 1.3 a taxa de retorno sobre o capital na indústria alemã, entre 1925-41. Na tabela, observamos que, mesmo com a expansão do emprego, a remuneração do salario nominal não caminhou em conjunto, mantendo-se rígida. E dessa forma, não houve ganhos do salário como incentivo para o aumento do consumo, isto é, não contribuiu para o aumento do consumo privado sobre a economia alemã. Aqui, o incentivo ao aumento do consumo privado se deu pela diminuição do salário real, que proporcionou um barateamento do custo do trabalho capaz de promover o aumento das contratações e assim se gerar mais empregos. Gerando mais empregos, há então o aumento do consumo por parte das famílias. No gráfico, os altos investimentos públicos e privados na economia começam a crescer até antes da entrada dos nazistas no poder e da implantação das reformas de Schacht. Entre 1936-38, há uma queda da taxa de retorno, mas se mantém alta, começando a declinar a partir de 1940 já durante a guerra.

Tabela 7.3

Alemanha: Salários e Consumo Pessoal (1928-38)				
	Salários Reais 1913-1914 = 100	Salários Nominais 1913-1914 = 100	Salários em % da Renda Nacional	Consumo Privado em % da Renda Nacional
1928	110	168	62	71
1930	122	180	-	-
1931	125	171	-	-
1932	120	144	64	83
1933	119	140	63	81
1934	116	140	62	76
1935	114	140	61	71
1936	112	140	59	64
1937	112	140	58	62
1938	112	141	57	59

Fonte: Overy (1996: 32)

Gráfico 1.3: Taxa de Retorno sobre o Capital da Indústria Alemã (1925-41)



Fonte: Tooze (2013, p. 143)

A grande expansão dos gastos públicos e congelamento salarial fez com que houvesse um otimismo por parte dos agentes econômicos em aumentar a produção industrial, ao ponto de o investimento privado também aumentar. O controle de preços e salários basicamente fazia com que os custos se mantivessem baixos, favorecendo a contratação de mais trabalhadores. Na tabela 8.3 a seguir, há os dados referentes ao investimento público e privado ao longo de dez anos, isto é, 1928-1938. Segundo Mazzucchelli (2009, p. 260), a relação entre o investimento privado e a renda nacional, que era de 7,5% em 1933, saltou para 15,6% em 1938. Os gastos públicos então foram extremamente importantes para o incentivo da demanda efetiva, sendo o recurso orientado para as áreas de indústria, infraestrutura e construção civil, com Schacht – vide tabela 2.3 -, para depois ser reorientada visando o total desenvolvimento da produção de armamentos, agora sob os comandos de Goring. O investimento privado se caracterizou por ser um pouco maior em relação aos gastos do governo pois este também estabelecia concessões e subsídios para o setor privado, principalmente em atividades estratégicas – relacionadas aos planos militares – como indústria química, agrícola e automotiva, facilitando a obtenção de crédito para que se gerasse uma onda de expectativas otimistas sob a economia para instigar os empresários à investirem e expandirem sua produção, gerando empregos e contribuindo para o aumento do consumo e da demanda agregada. A expansão da indústria do consumo, aqui e durante todo o período do reich, foi contida. Estes acreditavam que tal indústria competia com as indústrias estratégicas, acarretando queda de produtividade e ineficiência em relação aos seus principais objetivos.

Tabela 8.3

Alemanha: Investimento Público e Privado (1928-1938)								
Bilhões de Reichsmarks								
	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Investimento Público	6,6	2,2	2,5	4,6	6,4	8,1	8,4	10,3
Investimento Privado	9,7	0,3	3,2	4,7	7,2	9,2	10,5	12,2
Investimento Total	16,3	2,5	5,7	9,3	13,6	17,3	18,9	22,5

Fonte: Overy (1996: 34)

Sobre o comércio exterior e balança comercial, após a declaração de moratória, Schacht manteve a paridade do *reichsmark* e do ouro. Tal decisão fez com que houvesse uma apreciação da moeda alemã para com o dólar e a libra, principais divisas da época, pois anos antes, ambos os países desvalorizaram suas moedas - Inglaterra em 1931 e Estados Unidos em 1933. Consequentemente, a desvalorização desses países fez com que o peso do endividamento externo se reduzisse para o país. Entretanto, a valorização cambial prejudicava as exportações. E o país não conseguia reduzir o volume de importações, visto que o país era muito dependente do mercado externo para demandar alimentos e matérias-primas. Logo, em um cenário de pós-crise econômica interna e externa, conseguir manter um volume alto de exportações à câmbio valorizado e com um país endividado, era extremamente difícil. Para resolver essa questão, Schacht teve que criar novos planos de política macroeconômica para a solução desse cenário.

O meio encontrado por Schacht para a resolução dessas questões foi a centralização cambial e criação de acordos bilaterais. Através do “Novo Plano”, ele realizava acordos com países parceiros da Alemanha que queriam estabelecer comércio, e a partir disso, regulava o volume de exportações e importações realizadas entre ambos. Como o país enfrentava problemas de política externa, com o enorme movimento de desvalorização monetária dos estrangeiros e de protecionismo econômico, a promoção de venda de produtos manufaturados alemães no comércio exterior ficava debilitada. Assim, estabelecendo fortes acordos bilaterais com países que ainda mantinham comércio com o país seria essencial para o aumento de reservas estrangeiras e exportações de produtos domésticos. Segundo Mazzucchelli (2009, p. 265), se a Alemanha, por exemplo, exportasse o equivalente a 200 milhões de *reichsmarks* para Grécia, e dela importasse o equivalente a 120 milhões de *reichsmarks*, a Alemanha manteria um crédito de 80 milhões de *reichsmarks*, passíveis de serem utilizados através de importações adicionais no mesmo valor. Dessa forma, o país criava crédito com o país parceiro para poder importar qualquer tipo de bem, uma espécie de compensação. Logo, o “Novo Plano” foi uma das formas criadas por Schacht para providenciar o aumento do nível de divisas no país para o equilíbrio da balança de pagamentos do estado e de recursos necessários para a importação – sendo o país altamente dependente do crescimento de outras economias para proverem suas demandas.

Além disso, o livre fluxo de capitais – principalmente o de divisas – foi reduzido no país durante todo o período. As importações eram também fiscalizadas e reguladas pelo

governo. Agora, qualquer tipo de pagamento em divisas tinha que passar primeiro pela autorização da autoridade monetária – o Reichsbank. Tais medidas eram exercidas para expandir e proteger o volume de reservas do país, que passava por um período de escassez, e de equilibrar a balança comercial. Podemos observar o volume de importações e exportações e seu saldo através da tabela 9.3 abaixo. Pela tabela, mesmo o país obtendo superávit comercial em seu saldo na maior parte dos anos, tal superávit se deu majoritariamente pela limitação a importar imposta pelo plano, pois o país era sensivelmente dependente do mercado externo para suprir sua demanda doméstica. Ao ponto de já em 1938, tal política de limitação de importações não ser mais imposta e conseqüente gerar déficits na balança comercial, em que tal déficit iria ser presente durante a maior parte do período de guerra da economia alemã.

Tabela 9.3

Alemanha: Comércio Exterior (1928, 1932-1938)								
Bilhões de Reichsmarks								
	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Exportações	12,3	5,7	4,9	4,2	4,3	4,8	5,9	5,3
Importações	14,0	4,7	4,2	4,5	4,2	4,2	5,5	5,4
Saldo	-1,7	1,0	0,7	-0,3	0,1	0,6	0,4	-0,1

Fonte: Overy (1996: 27)

Com o II Plano Quadrienal, sob os comandos de Goring, a economia alemã passou a se tornar cada vez mais autárquica. E o seu comércio exterior, que com Schacht conseguiu aumentar o comércio com outros parceiros como América Latina, Egito e Turquia, deixando, de certa forma, de fora seu principal parceiro comercial – os EUA -, com Goring, o foco se torna em criar uma zona econômica especial própria, centrada no leste europeu – Balcãs e Cáucaso – através da mentalidade de expandir o território e a influência econômica sobre o continente – sob o argumento do “espaço vital”.

3.2. GORING, O II PLANO QUADRIENAL E O CAMINHO PARA A GUERRA

O Plano de Goring baseava-se em tornar o país autossuficiente em alimentos, matérias-primas e armas. Na época da elaboração do plano, a economia já se caracterizava por estar em uma posição de pleno emprego e novos incentivos à produção de armas requeria uma nova expansão de oferta de mão de obra que o país não conseguia produzir. Tal situação já criava um impasse entre expansão da oferta de matérias-primas e insumos contra uma escassez de mão de obra para suprir todo esse objetivo de expansão armamentista e busca de autossuficiência.

O governo de Goring manteve algumas políticas presentes durante a administração de Hjalmar Schacht, como a rigidez de preços e salários. Porém, o que mais se destaca entre suas políticas, segundo Feijó (2009, p. 250) era: controle de câmbio e do volume de importações e exportações – priorizou-se o sucesso do objetivo rearmamentista, isto é, o aumento das importações de bens de capital e matérias-primas para a produção industrial-militar ao mesmo tempo que retraía a importação de bens de consumo como alimentos, um grande debate que ficou conhecido na época como “guns vs butters”; políticas de administração da demanda; política de substituição de importações para reduzir a dependência externa e diminuir uso de reservas estrangeiras para o pagamento dos importados; e de alocação da força de trabalho. Como o ponto principal de Goring era de deixar o país pronto para a guerra em menos de quatro anos, tais políticas deveriam ser feitas para preparar também a economia. É por isso que Goring exige então que a economia alemã devesse ser autossuficiente. E dessa forma, priorizou a política de substituição de importações e expansão da capacidade produtiva em atividades referentes à guerra, tais como: petroquímica, combustível e borracha sintéticos, aço, alumínio, ferro e siderurgia. Portanto, há uma mudança de estratégia, em que durante os anos de Schacht como administrador econômico o financiamento era principalmente para construção civil e bens de consumo para agora a total alocação de recursos para a expansão da capacidade bélica-industrial.

Dessa forma, para a realização do projeto de autossuficiência econômica, Goring optou pelo retorno aos controles de preços e salários – citados já anteriormente; mobilização de jovens à produção agrícola e boicote ao uso de determinadas matérias-primas e bens à produção industrial – cobre, níquel e bens de consumo no geral. Entretanto, mesmo com a decisão de rigidez política e de cortes, Goring conseguiu aquilo que queria, aumentar a produção de bens estratégicos para a guerra ao mesmo tempo que manteve o crescimento do PIB e da produção industrial. Através das tabelas 10.3 e 11.3 abaixo, podemos observar a expansão da produção de ferro, fibras sintéticas e combustível - para os aviões da *Luftwaffe* – assim como o crescimento do PIB. A variação para a produção de sintéticos chegou a 346% e a de combustível para aviação em 602%. Já para a produção de alumínio e ferro, o incremento foi de 104% e 73% respectivamente, entre 1936 e 1939. O PIB, no período 1936-1939, foi maior que o 1933-1936, 32,2% contra 26,8% respectivamente (Mazzucchelli, 2009; p. 268). Em contrapartida, a produção industrial continuou a crescer, mas se desacelerou, de 17,6% contra 28,2% também nos respectivos períodos de tempo citados anteriormente (Mazzucchelli, 2009; p. 268). Porém, segundo Liu (2013, p. 12), a questão da autossuficiência não foi completamente cumprida, visto que, em 1939, 33% das importações de bens de

consumo e matérias-primas ainda eram necessárias para a demanda doméstica das famílias alemãs e para os planos de guerra do reich.

Tabela 10.3

Alemanha: Produção de Matérias-Primas Estratégicas (1936-1939)			
Milhões de Toneladas			
	1936	1939	Variação %
Minério de Ferro	2.259	3.928	73,9
Alumínio	95	194	104,2
Borracha Sintética	1	22	-
Fibras Sintéticas	43	192	346,5
Gasolina para Aviação	43	302	602,3
Gasolina	1.214	1.633	34,5

Fonte: Barkai (1990: 231)

Tabela 11.3

Alemanha: Crescimento do PIB e da Produção Industrial (1932-1939)		
1937 = 100		
	Índice da Produção Industrial	Índice do PIB
1932	50	66
1933	56	71
1934	71	77
1935	82	83
1936	91	90
1937	100	100
1938	107	110
1939	113	119

Fontes: Produção Industrial, Mitchell (1992: 411) PIB, Maddison, (1991: 213) apud Mazzucchelli (2009)

Analisando todo o período de recuperação econômica e os dois principais projetos econômicos do governo presentes neste capítulo, o principal objetivo dos nazistas era o rearmamento. Sendo assim, a expansão da produção industrial, com a preponderância dos bens de capital e matérias-primas perante os bens de consumo foi constante durante toda fase de recuperação. O interessante a se destacar também é que produção caracterizou-se por ser de cunho dual, isto é, os setores de bens de capital e consumo durável poderem ser rapidamente transformadas para a produção bélico-industrial. Além disso, os nazistas não tinham por objetivo o aumento do consumo das famílias. Da mesma forma, também não tinham a intenção de diminuí-la mas sim contê-la, visto que escolheram pela rigidez salarial, mesmo com a busca incessante em resolver o problema do desemprego. O que queriam era diminuir a propensão marginal a consumir do trabalhador alemão para incentivá-los a

pouparem mais pois, aumentando o nível de poupança privada, tal poupança se reverteria em investimentos para os projetos do governo - rearmamento. Entretanto, o excesso de poupança faria com que, segundo Keynes, houvesse o chamado “Paradoxo da Parcimônia”, em que, se os gastos autônomos permanecessem fixos, um aumento da propensão marginal a poupar levaria a uma queda da renda. Logo, era preciso não só incentivar as famílias a poupar mais como aumentar os gastos autônomos – gastos do governo, investimentos e consumo, sendo este último por expansão do emprego – para não correr o risco de reduzir a renda. A saída do desemprego se deu via endividamento público – com a extorsão da poupança de famílias no mercado financeiro através do controle do sistema financeiro nacional –, investimento do setor privado e pela engenharia financeira de Schacht com suas Letras Mefo, que contribuíram tanto para o endividamento público como para a expansão da oferta de moeda. O controle do balanço de pagamentos se deu via rigorosa centralização cambial e controle do fluxo de capitais e divisas, exercidas pelo Reichsbank. Overy (1995) expõe que, no biênio 1937-38, o gasto do governo para a produção armamentista aumentou em 10 bilhões de *reichsmarks* e, no ano seguinte, todos os gastos com armas já atingia 17 bilhões de *reichsmarks*.

Através de um escopo comercial, os agentes que se beneficiaram e se prejudicaram com esse viés estratégico foram aqueles relacionados diretamente com indústria básica e armamentista; e bens de consumo, respectivamente. Mesmo a agricultura não tendo sido o foco de política econômica dos nazistas, o setor obteve um crescimento elevado. O aumento da capacidade produtiva se deu através do aumento dos gastos autônomos, citados anteriormente, que modernizaram a forma de como a produção era feita, principalmente através da implementação do processo de mecanização da produção agrícola.

A estratégia de contenção do consumo em prol do aumento de gastos com armamentos fez com que houvesse efeitos na demanda agregada, isto é, a sua desaceleração. Dificultando a entrega de bens de consumo para a economia, a oferta é afetada, retraindo-a e conseqüentemente gerando desequilíbrios entre demanda e oferta. Como a demanda não se alterava no curto prazo, ocorria grandes pressões de alta sob os preços, contidos politicamente através de rigidez de preços e salários do governo além de benefícios indiretos como bonificações e comissões. Para suprir a demanda, o único meio era através de importações, que prejudicavam o saldo da balança comercial alemã além de prejudicar o nível de reservas estrangeiras do país fruto do protecionismo comercial estrangeiro. A demanda agregada se mantinha elevada fruto dos gastos do governo e das expectativas positivas de empresários quanto à economia alemã, que também fomentavam o investimento do setor privado. Mesmo com a estratégia de autossuficiência por meio da substituição de importações, o país continuava sendo altamente dependente das importações para suprir sua demanda doméstica de bens e serviços. E dessa forma, a estratégia obteve pouco destaque em estabilizar a balança comercial, contribuindo para a diminuição do estoque de divisas e logo para o aumento do déficit na balança de pagamentos.

Matematicamente, o que se pode ser observado é que: consumo (C) caracterizou-se por ser controlado, isto é, não tinham o interesse de reduzi-lo, apenas contê-lo. No modelo keynesiano simples, o consumo se dá em função da renda disponível (Y_d) – a renda (Y)

menos o valor dos tributos (T), com o tributo sendo função também da renda, com (t) apresentando-se como a sensibilidade do tributo sob a renda -, com um fator (C_o) sendo o consumo autônomo, ou seja, não dependente da renda; somado a (cY_d), o consumo dependente da renda, com (c) sendo a propensão marginal a consumir. Se (c) é apresentado como a propensão marginal a consumir, ($1 - c$) representa a propensão marginal a poupar, que durante todo o momento, foi a variável incentivada pelos nazistas. Além disso, exportação (X) – com exportações no modelo sendo autônomo (X_o) - e importação (M) – sendo (m) a propensão marginal a importar - não foram tão significativos para a economia alemã devido ao momento pós-crise de 1929 e o avanço do protecionismo internacional. Logo, as variáveis que foram relevantes para a recuperação econômica do país foram os gastos autônomos, isto é, os gastos do governo (G_o) e os investimentos (I_o). Tais gastos proporcionaram um aumento considerável da produtividade, através da mudança estrutural dos fatores de produção – capital e trabalho – e do progresso técnico.

Algebricamente, temos:

$$Y = C + I + G + (X - M) \quad \text{com } I = I_o; G = G_o; X = X_o; M = mY \text{ e } C = C(Y_d)$$

$$\text{sendo } C = C_o + cY_d; Y_d = Y - T \quad \text{além de } T = tY$$

Juntando todos os termos:

$$Y_E = 1 \div [1 - c(1 - t) + m] \times (C_o + I_o + G_o + X_o)$$

De certa forma, o *modus operandi* nazista se assemelhou ligeiramente com o da Itália fascista de Mussolini. Ou seja, a economia foi progressivamente posta em favorecimento aos desejos do Estado, com o livre comércio perdendo espaço para o protecionismo e autarquia, adotando políticas econômicas de cunho keynesiano, isto é, de expansão do gasto público e de incentivo à formação de demanda efetiva. Além disso, cada vez mais o militarismo foi tomando conta da organização política, social e econômica em ambos os países.

Assim, do ponto de vista geral, a recuperação econômica alemã durante o período pré-guerra se deu por meio de intervenção estatal na economia. Segundo Overy (1995, p. 66), “a intervenção governamental foi a principal razão para a economia se mover tão rapidamente e completamente para uma posição de pleno emprego em contraste com todas as outras potências industriais”. Conseguiu recuperar-se de um alto volume de desemprego em pouco tempo, ao ponto de chegar ao pleno emprego em 1936, e de ter um forte crescimento do PNB ao longo de todo o período pré-guerra. Entretanto, com a intensificação da produção bélica a partir de 1935, a economia começou a dar sinais de que os nazistas não iriam manter a recuperação econômica por muito tempo. Com Goring no comando do Segundo Plano Quadrienal, o aumento da expansão da oferta em uma economia já em pleno emprego impedia a expansão da demanda e do consumo privado, acarretando distúrbios na distribuição de renda e na expansão da renda nacional. A permanência e até expansão de uma política deficitária só demonstrou que a economia não era a prioridade de Hitler, e sim os planos de guerra. Ainda

segundo Overy (1995, p. 67): “(...) para que foi a recuperação? Na maioria dos casos a resposta é econômica – maiores lucros, crescimento econômico, padrões de vida mais elevados. No caso da recuperação alemã dos anos 30, a resposta foi o imperialismo e guerra alemães”.

Logo, neste capítulo, optou-se por defender o ponto de que, mesmo com a tendência heterodoxa de política econômica por parte do governo em recuperar a economia, sem deixar de lado o objetivo principal rearmamentista, a Alemanha obteve certo sucesso nas questões inerentes à resolução dos problemas relacionados à economia doméstica civil. Porém, mesmo com os avanços na mobilização militar e na política de autossuficiência, o governo não conseguiu preparar a economia e o país para a guerra. Assim, a Alemanha, desde antes do início do conflito, não tinha condições econômicas e bélicas suficientes para vencer seus rivais e nem de se manter em combate caso a guerra se prolongasse por um longo período de tempo.

4. A ECONOMIA NAZISTA DURANTE A GUERRA: 1938-1945

A Guerra obrigava que a economia alemã suportasse uma grande mobilização total para a produção industrial visando majoritariamente a produção de armas e munições. Para isso, era preciso que o país ou tivesse recursos financeiros e materiais domésticos para suprir a máquina de guerra ou que obtivesse tais recursos através do mercado externo, importando-os.

Este capítulo discute as políticas econômicas implementadas para a expansão e sustentação da máquina de guerra germânica, como elas foram financiadas e seus efeitos no país. Para efeito de exposição, a economia de guerra pode ser dividida em dois momentos: a economia alemã após a anexação austríaca pré-guerra até o fim do ano de 1941; e o período de 1942 até o fim da guerra em 1945. Aqui, será defendido o ponto de que, mesmo com o breve cenário de vitória no primeiro momento e das mudanças estratégicas estabelecidas pelo reich para se manterem no conflito no segundo momento, o país continuava não tendo chances plausíveis de vencer a guerra, tanto do ponto de vista bélico como econômico. Isto se deve a imensa diferença de capacidade econômica, recursos materiais e recursos humanos em comparação com os seus inimigos: EUA, o Império Britânico e a União Soviética.

4.1. ANEXAÇÕES E VITÓRIAS: 1938-1941

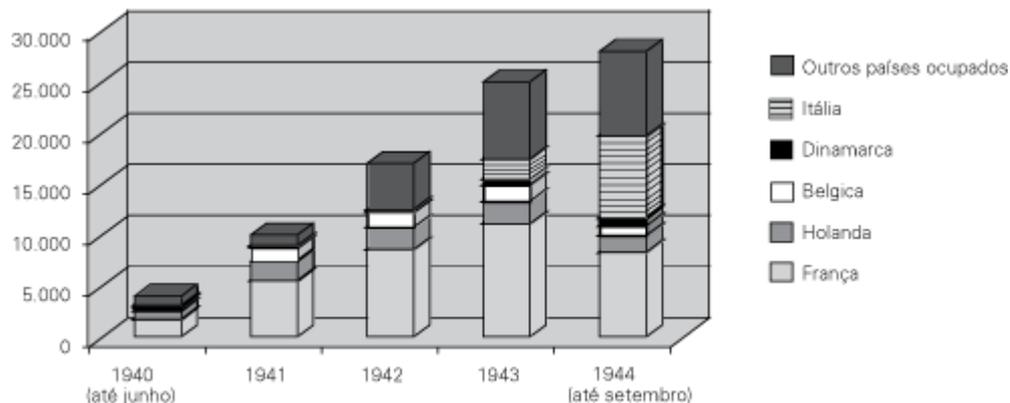
Durante o início do conflito, em setembro de 1939, a Alemanha estava longe de estar preparada econômica e militarmente para o combate. E isso perdurou durante toda a guerra. Nos primeiros anos do conflito, a vitória da Alemanha e posteriormente do Japão frente a economias mais fortes se deu principalmente de sucessos em estratégias e ataques militares. Segundo Harrison (1998: 1):

“Neste primeiro período, as vantagens da estratégia e a capacidade de luta permitiram que a Alemanha e o Japão infligissem marcantes derrotas sobre uma combinação de poderes economicamente superior. A dissimulação e a surpresa estratégica, a rapidez de movimentos, a habilidade na concentração de forças e na seleção dos objetivos, a tradição marcial e o ‘esprit de corps’ estavam todos a seu lado”.

E tais conquistas geraram consequências positivas para todo o Eixo. Harrison (1998: 7-8), aqui, também estima que a soma do PIB dos países do Eixo totalizava, antes da guerra, mais precisamente em 1938, um total de US\$ 751,3 bilhões (preços de 1990). Durante o período 1938-1942, os ganhos gerados pelas conquistas militares chegaram a US\$ 800,7 bilhões, soma equivalente ao PIB dos EUA em 1938. Por isso, com a rápida vitória e anexação da Polônia, Dinamarca, França, Holanda e Noruega, que Hitler percebeu, no início da guerra, que um planejamento militar e econômico de longo prazo não era necessário, visto o sucesso obtido pela *blitzkrieg* (Liu, 2013, p. 13).

Assim, a guerra também proporcionou para o país a obtenção de uma fonte alternativa de recursos através da anexação de territórios conquistados. Como podemos ver no gráfico 1.4 a seguir, a Alemanha obteve recursos da Bélgica, Holanda, Dinamarca e principalmente da França. Segundo Liu (2013, p. 14), o aumento dos gastos militares alemães, que passou de 685 para 850 bilhões de *reichsmarks*, foi fruto da imposição da arrecadação para com esses países, ao ponto de que somente a arrecadação alemã, de todo o aumento dos gastos, contribuiu com cerca de apenas 25% desse incremento. Só a França, durante o período de ocupação, era obrigada a pagar de tributos cerca de 20 milhões de *reichsmarks* por dia e também foi importante para o fornecimento de ouro e divisas para o equilíbrio do balanço de pagamentos e para o pagamento em moeda estrangeira de suas importações (Tooze, 2013).

Grafico 1.4: Fontes externas de recursos financeiros para a Alemanha. Custos de ocupação pagos à Alemanha, por região, em bilhões de *reichsmarks*.



Fonte: Feijó (2009); Abelshauser (2000, p. 143)

O grande problema visto na balança comercial durante o período pré-guerra não significava um grande peso nas contas do Estado. Pois mesmo com o grande aumento das importações e os recorrentes déficits na balança comercial, as exportações tornaram-se elevadas durante a guerra. Segundo Adam Tooze (2013, p. 440):

“Durante todo o período de guerra, a contribuição líquida estrangeira para as economias de guerra da Grã-Bretanha e da Alemanha foi comparável, mas, nesse período, a Alemanha manteve um volume de exportações muito mais elevado do que a da Grã-Bretanha. Em relação ao nível de 1938, as exportações alemãs, em 1942, representavam o dobro das britânicas, e em 1943, foram três vezes maiores”.

A expansão do comércio exterior fruto da anexação territorial e do aumento da influência do país no continente fizeram com que isso acontecesse. O embargo econômico promovido pelos britânicos no início do conflito já não era um ponto de estrangulamento comercial. Entretanto, as exportações representavam também uma perda líquida de recursos que poderiam ser usados na campanha e na sociedade civil. Porém, os membros do governo não se preocupavam tanto com isso. Depois de muito tempo, a balança comercial se mantinha equilibrada, com desvio-padrão baixo. Porém, aos poucos, o déficit em conta corrente começava a aumentar de forma proposital, pois os países subjugados transferiam recursos – reparações – para a Alemanha. As reparações eram chamadas de “custos de ocupação” e pagas pelos países ocupados, isto é, Polônia, França, Escandinávia, etc – usadas para gastos com compras de recursos materiais para a produção de armas e munições.

Mesmo tendo sucesso no início de sua campanha, o país não tinha condições econômicas de estabelecer uma guerra longa. Tendo então uma forte contradição entre a permanência do projeto de gastos militares e a fraca economia para sustentar tal projeto que foi preciso que o país formulasse uma estratégia de rápido e eficaz ataque contra seus

inimigos. Assim surgia a *blitzkrieg* – citada anteriormente –, fruto das tensões entre planejamento militar e econômico, ao ponto de manter uma demanda por armamentos sem prejudicar a economia doméstica. O prolongamento da guerra só se deu, segundo Harrison (1998: 26-7), através da melhor qualidade dos armamentos alemães: “foi a qualidade, e não a quantidade, dos recursos militares dos alemães e japoneses que prorrogou sua derrota por tanto tempo”. Como pressupunham uma guerra de curta duração, a produção bélica caminhava em paralelo à estratégia de *blitzkrieg*. Os gastos com armas se retraiu em 1941 depois da anexação de alguns territórios do leste europeu e sobretudo da França, e voltou a se expandir aceleradamente em 1942 com os problemas enfrentados em Stalingrado, como veremos adiante.

Hitler, durante toda a guerra, optou por manter a mesma estratégia do que no período pré-guerra em relação ao consumo. Ou seja, o consumo continuou sendo restrito para a expansão da produção bélica. Inclusive, a restrição chegou até a aumentar mesmo com o incentivo em produzir e/ou importar mais alimentos, sendo que a maior parte dos bens de consumo era para os combatentes. Arelado a essa restrição, também estavam os embargos econômicos feitos pela Grã-Bretanha ao decorrer da guerra, para prejudicar o estabelecimento de comércio da Alemanha com outros países. Consequentemente, os preços de produtos, tanto domésticos como dos que eram importados, cresceram durante o período por questões estruturais de demanda e oferta. Sob o aspecto da economia doméstica, com uma demanda que relativamente não varia – as pessoas continuarão demandando bens de consumo como alimentos e vestuário na mesma proporção, caso a população não aumente e as preferências do consumidor não variem - e uma queda na oferta – enviando a maior parte destes bens para os soldados e com o aumento da dificuldade de importa-los -, há o aumento de preços dos bens assim como a redução da quantidade de bens disponíveis para consumo. Além disso, a mobilização para a produção armamentista imposta desde o início das políticas de Goring fora intensificada, alocando a maior parte da mão de obra doméstica e dos países ocupados na produção industrial ao invés da produção de bens de consumo. E por isso, tal ação contribuiu também para o aumento de preços e da diminuição do consumo no geral.

Em uma economia de guerra, não há limite de demanda efetiva. Diante de um conflito de grandes proporções, sempre haverá demanda por fatores de produção, bens intermediários e finais; e os agentes sempre tenderão a expandir a capacidade produtiva para suprir as expectativas crescentes de obtenção de receita e com isso aumentar o nível de oferta. Além disso, as decisões de política econômica são centralizadas, tendendo sempre ao objetivo principal: ganhar a guerra. O problema da economia de guerra encontra-se na capacidade dos agentes em ofertar, tanto fatores de produção – capital, trabalho e matérias-primas – como os próprios bens finais. A dificuldade também se dá através da disposição dos agentes em correr o risco de operar em uma economia em guerra – com volatilidade crescente e sem perspectiva concreta de que tal demanda irá permanecer após o fim do conflito – e se serão capazes de suprir toda a demanda necessária da economia. Tal economia não difere do estado desenvolvimentista durante a recuperação econômica. A diferença se dá na elevação do grau de autarquia e capacidade produtiva. A chave para a economia de guerra está na dificuldade de suprir a grande quantidade demandada.

Similarmente ao momento de recuperação econômica, o país durante a guerra se caracterizou por aumentar as relações comerciais com *junkers* e novos capitães de indústria para não só manter um grande apoio da aristocracia e burguesia alemã sob os objetivos do partido como para que eles os auxiliassem na expansão da capacidade produtiva, ou seja, de gerar ofertantes capazes de suprir a demanda de guerra. Os diligentes do partido foram felizes em não estreitar a relação para com estes, pois muitos destes empresários ajudaram o país na produção industrial – família Krupp, por exemplo. Entretanto, tais empresários não eram suficientes para suprir toda a necessidade para a qual o país precisava. Logo, era necessário que o governo não só exercesse a função de demandante como de ofertante, criando-se assim um conglomerado de empresas estatais e intensificando a produção daquelas que foram criadas durante o momento pré-guerra.

Devido ao aumento de preços da maioria dos produtos, muitos optam pela alternativa do mercado negro para conseguirem comprar e vender bens – até câmbio - a preços relativamente diferentes do que o convencional, com um nível de risco também maior. Tal situação prejudica o bem-estar da população civil, pois retraindo o consumo e aumentando os preços domésticos, o poder de compra da população diminui. E tal diminuição se dá em decorrência do aumento do custo de vida no país, como podemos ver na tabela 1.4 a seguir. Como podemos ver na tabela, os gastos com alimento e vestuário são os que mais crescem, sendo que, no geral, os gastos totais tem um aumento de 13% entre 1939 e 1944.

Tabela 1.4

Custo de Vida de uma Família Alemã 1939-1944 (% referente a 1938)						
	Alimento	Habitação	Energia	Vestuário	Outros	Total
1939	101	100	100	102	100	100
1940	105	100	100	107	102	104
1941	105	100	99	121	105	106
1942	108	100	98	132	106	109
1943	110	100	98	137	106	110
1944	113	100	98	141	106	113

Fonte: Statistisches Jahrbuch (1957), 470-1 apud Abelshauser (1998, p. 154). Foi baseado no consumo em 1934 de uma família de cinco pessoas.

O aumento dos preços dos importados não foi muito sentido no balanço de pagamentos alemão pois, com o sucesso no início da guerra através da política de *blitzkrieg*, tal estratégia proporcionou ao país obter recursos financeiros e materiais para suprir sua demanda. Isto é, a conquista dos territórios fez com que o governo confiscasse reservas estrangeiras que fez com que se mantivessem os altos volumes de importações – majoritariamente de bens de capital e matérias-primas – para serem usados na produção de armas, equipamentos e munições.

Mesmo tendo déficit na balança de pagamentos, uma das formas que mais contribuíam para o seu aumento era através do aumento das importações, mesmo os gastos públicos

também serem um dos fatores para tal expansão. Ou seja, como o país não conseguiu se tornar autossuficiente – seja durante o II Plano Quadrienal e durante todo o período de guerra -, as importações se mantiveram em alta. Bens de capital e matérias-primas eram sobressalentes em questão aos bens de consumo.

O nível de reservas estrangeiras e ouro não sofreram uma grande instabilidade no início do conflito devido aos confiscos promovidos pelo reich nos territórios anexados, como já citado anteriormente. Porém, com um alto grau de importações, o saldo da balança comercial variava. A balança de pagamentos, mesmo com um baixo efeito do nível de reservas estrangeiras para o pagamento das importações, caracterizou-se por uma elevação do déficit, principalmente após 1941, devido a dificuldade do país em vencer durante a ofensiva em solo soviético. A razão para tal elevação do déficit se deu pelo prolongamento da guerra, consequentemente gerando pressões para o aumento da produção industrial a qualquer custo.

Diante deste cenário, o governo opta então pela intensificação do aumento do gasto público, expandindo seu endividamento público, sancionado pelo Reichsbank – Banco Central Alemão. Hitler não se preocupava com a situação que a economia estava passando pois afirmava que as ações e os seus efeitos negativos para a economia seriam recompensados com a vitória alemã, conquistando seu espaço vital e lucrando com as dívidas de reparações de guerra e da expansão do comércio.

Seja durante a guerra ou durante o período de recuperação econômica, a Alemanha, durante toda a guerra, precisava importar uma grande quantidade de bens e recursos, principalmente petróleo – da Rússia e da Romênia – e de minérios de ferro – principalmente da Suécia e Escandinávia. A estratégia de invadir a União Soviética se deu pelo interesse dos recursos minerais e petrolíferos do país e dos territórios adjacentes, do ódio ao regime e as ideologias políticas defendidas pelos mesmos, com o intuito de se manter presente na guerra e vencer a Inglaterra e os EUA. Ou seja, ao decorrer da guerra, os nazistas perceberam que a estratégia antes estabelecida de vencer a guerra no curto prazo não seria concretizada. E dessa forma, era preciso mudar de estratégia, visando um maior prolongamento da participação alemã no conflito visando sua eventual vitória. E através disso, optam por atacar a URSS com o intuito de obter recursos materiais e inclusive financeiros para se manterem presentes na guerra. Uma guerra que antes se iniciara sob a estratégia de “guerra-rápida” e da utilização de recursos dos países ocupados para vencer seus rivais, agora necessitavam de ainda mais recursos que não conseguiam mais ser supridos pelas antigas ocupações. Assim, há a mudança para um novo momento, isto é, para a guerra de atrito, um modo de combate que visa levar o inimigo ao colapso através de perdas sucessivas de recursos materiais, financeiros e de pessoal. Esse novo momento será discutido a diante.

O endividamento público não foi majoritariamente financiado pelo aumento da base monetária, isto é, através do aumento da emissão de *reichsmarks* estabelecidas pelo Reichsbank, mas sim através do incentivo do governo em retrair o consumo das famílias e aumentar a propensão marginal a poupar para então aumentar o nível de investimento. Como o mercado financeiro estava também sendo controlado pelo regime desde o período pré-guerra, todas as reservas privadas eram confiscadas pelo governo e usadas como forma de

investimento para o esforço de guerra. A onda de poupança, causada pela contenção do consumo e da incerteza da população quanto ao futuro, recaía então sobre o sistema financeiro. Bancos e instituições financeiras começaram a aumentar sua participação na economia de guerra. Nessa época, as entradas de capital para seguridade eram crescentes. Em 1940, os depósitos somaram 8 bilhões de *reichsmarks* para serem utilizados nos gastos com guerra. No ano seguinte, o valor subiu para 12,8 bilhões (Tooze, 2013, p. 403).

Em condições normais, o volume de dinheiro depositado seria usado como forma de empréstimos para investimentos de governos locais e/ou hipotecas para novos negócios. Entretanto, tal volume foi usado para os avanços sob o esforço de guerra. A grande quantidade de recursos presa no sistema financeiro logo foi alocada e redirecionada para as despesas de guerra, isto é, gastos públicos. Logo, durante toda a guerra, como o consumo estava sendo restrito e decrescendo com o aumento de preços, a forma de arrecadação do governo foi por meio do aumento ligeiro da tributação e do crescimento relativo da poupança das famílias. Contendo o consumo, a estratégia durante a guerra também consistia em retrain a propensão marginal a consumir dos alemães e aumentar a propensão marginal a poupar. Com o aumento da poupança e controlando o sistema financeiro nacional, a poupança era então confiscada pelo governo e usada como forma de financiamento para os investimentos na produção industrial armamentista.

A medida dos alemães em pouparem com o intuito de se protegerem da volatilidade econômica e incerteza das consequências da guerra foi de certa forma benéfica para o reich durante todo o conflito. Pois dessa forma, o aumento do volume de depósitos no sistema financeiro fez com que o governo obtivesse recursos para se financiar, sem atacar a renda das famílias com aumento relativo de impostos ou sanções para o lucro dos empresários. Além disso, os salários e remunerações do proletariado continuavam congelados, mesmo aumentando seus salários através de bonificações e comissões. Porém, a sociedade civil era afetada pela política de racionamento e realocação de recursos, seja no redirecionamento de matérias-primas e mão de obra, seja na política de restrição ao consumo.

Diante destes fatos, economicamente o *modus operandi* de política econômica do governo durante a guerra não se alterou comparando-se com o período pré-guerra. Isto é, os gastos autônomos continuaram sendo os fatores principais de aumento de renda – gastos do governo e investimento privado. Da mesma forma, a balança comercial não foi tão efetiva para se gerar algum aumento de renda, pelo contrário, o grande excesso de demanda fazia com que a economia recorresse ao comércio exterior para suprir toda a quantidade demandada. Consequentemente, o saldo da balança comercial foi durante a maior parte do período deficitária. Entretanto, com a anexação de países durante o primeiro momento da guerra, fazia com que a balança de pagamentos não fosse afetada enormemente neste primeiro momento, devido ao confisco de reservas estrangeiras destes territórios ocupados, que pagavam então pelas importações. O consumo, mesmo mantendo a estratégia de incentivar o aumento da propensão marginal a poupar, não podia ser reduzido sensivelmente para não incorrer ao paradoxo da parcimônia de Keynes, ou seja, de não retrain a renda pelo grande aumento do nível de poupança. Logo, o consumo era contido mas não retraído, ao mesmo tempo que os gastos autônomos eram elevados para manter a geração de demanda efetiva e

não incorrer a diminuição do nível de renda. E por fim, a inflação, da mesma forma que no período pré-guerra, tentou ser contida através da permanência da política de congelamento de preços e salários mesmo sofrendo pressões altistas. Entretanto, a retração da oferta de bens para o consumo, durante todo o período, fazia com que tais pressões se tornassem fortes o suficiente para gerar um início de tendência inflacionária, além de contribuir para o avanço do mercado negro no país. Ou seja, dado o controle de preços e salários, a queda do nível de oferta era tão elevada que pressionava a elevação do nível geral de preços mesmo com uma política de contenção de preços exercidas pelo governo.

4.2. RUMO À QUEDA: 1942-1945

Em 1942, Albert Speer assume o cargo de ministro de armamentos. Sua atividade era de gerir a produção de armas e munição de todo o reich. Seu governo se caracterizou pela inovação e pela qualidade dos processos, corrigindo lacunas referentes à produção e dinamizando e otimizando os processos. Consequentemente, se caracterizou, segundo Feijó (2009, p. 253) em “racionalizar as cadeias de comando na demanda por armas e eliminar as piores deficiências técnicas e organizacionais anteriores”. A produção começava então a se concentrar nas firmas mais eficientes do país. Dessa forma, Speer fez com que a produtividade no setor industrial crescesse, de uma forma que a economia bélica tornou-se planejada porém não planificada.

Speer se destacou em seu cargo pois, durante 1939 até 1942, a produção industrial alemã se encontrava estagnada. E após o seu plano de racionalização, a produção industrial voltou a crescer. Overy (1995, p. 343), expõe que a definição de racionalização era “a economia sistemática de materiais e mão-de-obra para alcançar maiores quantidades possíveis de produção”. Como podemos ver na tabela 2.4 abaixo, o novo plano de racionalização fez com que a produtividade do trabalho se expandisse ao ponto do esforço ter contribuído para a expansão da produção de armas e munições, ao ponto de Overy (1995, p. 26) afirmar: “essa mudança deu a Alemanha força econômica para continuar por mais três anos contra uma forte combinação de três poderes aliados”. Segundo Abelshauser (1998, p. 158), o uso de mão de obra forçada de judeus, prisioneiros de guerra e estrangeiros em 1945 era cerca de 25% no setor industrial e representava cerca de 20% de toda a mão de obra presente na economia de guerra alemã. Além disso, o avanço da produtividade industrial se dá também pelo gasto do governo em treinamento e qualificação para tais atividades. Hitler, após as medidas de Speer, opta por uma mudança no sistema educacional e cria escolas técnicas justamente com o intuito de criar mão de obra barata e qualificada para atuar na indústria. Aqueles que fossem alocados para a agricultura – majoritariamente mulheres – não participavam do programa, pois as atividades agrícolas não demandavam um alto grau de qualificação e educação.

Tabela 2.4

Produto Por Trabalhador na Indústria Alemã (1940-44) - (% de 1939)					
	1940	1941	1942	1943	1944
Indústria Básica	104,1	114,6	113,5	108,7	87,6
Produção de Munições	87,6	75,9	99,6	131,6	160,0
Indústria de Consumo	115,9	133,3	121,1	124,7	132,3
Total Industrial	106,6	104,2	109,9	115,5	111,0

Fonte: Abelshauser (2000, p. 155)

Ainda em 1942, foi nesse mesmo ano que a Alemanha começa a deteriorar suas condições econômicas e militares. A economia alemã começa a se desintegrar devido os países ocupados não serem suficientes para suprir a demanda de recursos materiais e necessários para o país permanecer na guerra. Isto foi o resultado combinado dos crescentes

avanços aliados em seu território e, principalmente, dos bombardeios aliados. A partir de 1943-1944, o país iniciou o seu processo de instabilidade econômica que o levou a derrota.

Os ataques eram localizados em regiões econômicas estratégicas – logística, indústria química, transportes, etc. Segundo Overy (2002, p. 31) “a economia se desintegrou lentamente neste estágio final, sob o peso dos bombardeios dirigidos contra a rede de transportes, as indústrias estratégicas e a produção de petróleo, além da perda gradual dos recursos europeus”. O efeito de tais ações foi a queda brusca na produção de bens de capital, armas e bens de consumo para consumo doméstico e exportação. Ou seja, gerou-se uma grande queda na oferta que culminou em uma nova pressão altista dos preços domésticos e aumento do déficit no saldo da balança comercial.

Sofrendo com a estagnação em avançar sob os territórios de seus inimigos e com o aumento do número de baixas durante a ofensiva para Stalingrado, as disparidades referentes à produção de armamentos e capital humano começaram a se intensificar. Ao mesmo tempo, a Inglaterra superava o país na capacidade produtiva armamentista com o auxílio dos EUA. Segundo Overy (1997: 198-9), “a economia britânica, com dimensões mais reduzidas, ultrapassou [nessa data] a Alemanha e seu novo império europeu na produção de quase todas as classes de armas”. Da mesma forma, URSS e EUA também eram superiores na produção industrial. Analisando o PIB dos países durante todo o período na tabela 3.4 abaixo podemos ter uma ideia do poderio econômico dos EUA perante os alemães. Entre 1939-45, o PIB real dos EUA cresceu cerca de 70% (Mazzucchelli, 2009, p. 308). No mesmo período, a soma do PIB dos principais países envolvidos no conflito mundial caiu 13% (Ibidem, 2009). Em 1938, o PIB dos EUA representava um pouco mais da metade da soma do PIB dos referidos países; em 1945, ele já havia ultrapassado essa soma (Ibidem, 2009).

Tabela 3.4

Países Seleccionados: Evolução do PIB (1938-1945) - Bilhões de dólares de 1990								
	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
EUA	800	869	943	1094	1235	1399	1499	1474
Inglaterra	284	287	316	344	353	361	346	331
URSS	359	366	417	359	318	464	495	396
França	186	199	82	130	116	110	93	101
Alemanha	351	384	387	412	417	426	437	310
Japão	169	184	192	196	197	194	189	144
Itália	141	151	147	144	145	137	117	92
Total sem EUA	1490	1571	1541	1585	1546	1692	1677	1374
Peso EUA	53,69%	55,32%	61,19%	69,02%	79,88%	82,68%	89,39%	107,28%

Fonte: Harrison (1998: 10). Peso EUA = EUA / Total sem EUA.

De certa forma, a guerra obrigatoriamente fez com que os países que participaram do conflito tivessem se caracterizado pelo grande crescimento da produção industrial voltada para a guerra e dos elevados gastos militares em proporção à renda nacional desses países. Como podemos ver na tabela 4.4 a seguir, os gastos alemães com a guerra sempre foram

elevados em relação à todos os países envolvidos, tendo um crescimento progressivo durante os anos ao ponto de as despesas militares representarem 70% do total da renda nacional em 1943 (Mazzucchelli, 2009). Diferente dos EUA, que mesmo com uma elevação também progressiva dos gastos militares, as despesas militares em proporção à renda no mesmo ano foram de 42% (Ibidem, 2009). Entretanto, o peso de tais despesas para a economia alemã eram superiores em relação aos outros países. Como o país não estabelecia estratégias de incentivo ao consumo, ao aumento de renda das famílias assim como da expansão da acumulação de capital, a economia não gerava o montante suficiente para manter os gastos de guerra sem prejudicar as finanças e a economia do país como um todo. Logo, o governo recorria do aumento da poupança privada das famílias e do aumento do endividamento público para continuar com os gastos com armamentos. Entretanto, tal estratégia de política econômica não surtia mais efeito, mesmo utilizando-se também dos recursos dos países ocupados. Então, diante dessa situação, o governo opta pela mudança de estratégia e inicia uma ofensiva contra a URSS visando a tomada de seus recursos materiais – como armamentos, mão de obra e matérias-primas.

Tabela 4.4

Países Selecionados: Despesas Militares em % à Renda Nacional (1939-1944)						
	1939	1940	1941	1942	1943	1944
EUA	1	2	11	31	42	42
Inglaterra	15	44	53	52	55	53
URSS	-	17	28	61	61	53
Alemanha	23	40	52	64	70	-
Itália	8	12	23	22	21	-
Japão	22	22	27	33	43	76

Fonte: Harrison (1998: 21). Overy (2002: 312) apresenta estimativas equivalentes para a Inglaterra e mais elevadas para a Alemanha, sobretudo em 1939-40.

A mobilização militar, além do fato de ter proporcionado uma realocação das estratégias econômicas e de gastos do governo nos últimos anos pré-guerra até todo o período do conflito, afetou também o consumo. A mobilização para a guerra retirou a maior parte dos jovens do mercado de trabalho, alocando-os no Exército. Com isso, a produção industrial, de alimentos e de bens de consumo logo fora afetada, com a retirada da mão de obra das indústrias. Mesmo com a racionalização de contingente e de matérias-primas de Speer, ainda necessitava-se de mão de obra para atuar na indústria e na agricultura. Dessa forma, Hitler nomeia Fritz Sauckel para resolver o problema da escassez de mão de obra em 1942.

Sauckel opta por utilizar mão de obra de prisioneiros de guerra e de estrangeiros dos países ocupados para ocupar a *gap* de trabalhadores. Do ponto de vista econômico, a inserção dessas pessoas minimizava os custos por trabalhador, visto que exerciam longas jornadas de trabalho ao mesmo tempo em que a maioria não recebia salário. E dos que recebiam, eram mais baixos do que a média dos trabalhadores alemães. Entretanto, a produtividade destes eram mais baixas, visto as péssimas condições de subsistência, salubridade e qualificação,

mas mesmo assim, conseguiram aumentar a produção de armas, munições e alimentos, diminuindo o nível de preços no mercado, mas não por muito tempo – devido aos bombardeios aliados, que fizeram voltar as pressões sob preços e a afetar a oferta.

Mesmo em guerra, a economia se manteve ativa, tendo sua capacidade de produção alta e conseqüentemente com o PIB elevado – vide tabela 6.4. Segundo Abelshauser (2000), a produção de armas e munições diminuiu com a anexação da França e a produção de bens de consumo se manteve estável e contida, retraindo pressões altistas de oferta. A produção industrial só começou a realmente acelerar sua produção em 1941, ao mesmo tempo que no mesmo ano, mesmo com os esforços do II Plano Quadrienal em manter altas as produções industriais em detrimento dos bens de consumo, a produção de bens era a mais relevante de todas até a mudança de estratégia e racionalização com Albert Speer no ano seguinte, como mostra a tabela 5.4 e a figura 2.4.

Tabela 5.4

Produção da Indústria Alemã por Categoria 1938-1944 (% do total)							
	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Armamentos	7	9	16	16	22	31	40
Bens Básicos	21	21	22	25	25	24	21
Construção	25	23	15	13	9	6	6
Bens de Capital	16	18	18	18	19	16	11
Bens de Consumo	31	29	29	28	25	23	22

Fonte: Petzina (1968, p. 187) apud Abelshauser (1998, p. 153)

Tabela 6.4

PIB Alemão 1938-1944 (Bilhões de Reichsmarks)							
	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944
À Preços Corridos							
Gastos do Governo	32	45	63	80	98	117	-
Guerra	17	30	53	71	91	112	-
Outros	15	15	10	9	7	5	-
Gastos com Consumo	69	71	68	65	61	61	58
Formação Bruta de Capital	14	13	1	-8	-16	-18	-
Interno	13	14	10	7	6	6	-
Externo	1	-1	-9	-15	-22	-24	-
Produto Nacional Bruto	115	129	132	137	143	160	-
Total Desembolsado	114	130	141	152	165	184	-
À Preços de 1939							
Gastos do Governo	33	45	62	77	93	109	-
Gastos com Consumo	70	71	66	62	57	57	53
Formação Bruta de Capital	14	13	1	-8	-14	-16	-
Interno	13	14	10	7	6	5	-
Externo	1	-1	-9	-15	-20	-21	-
Produto Nacional Bruto	117	129	129	131	136	150	-
Total Desembolsado	116	126	138	146	156	171	-

Fonte: Abelshauser (1998)

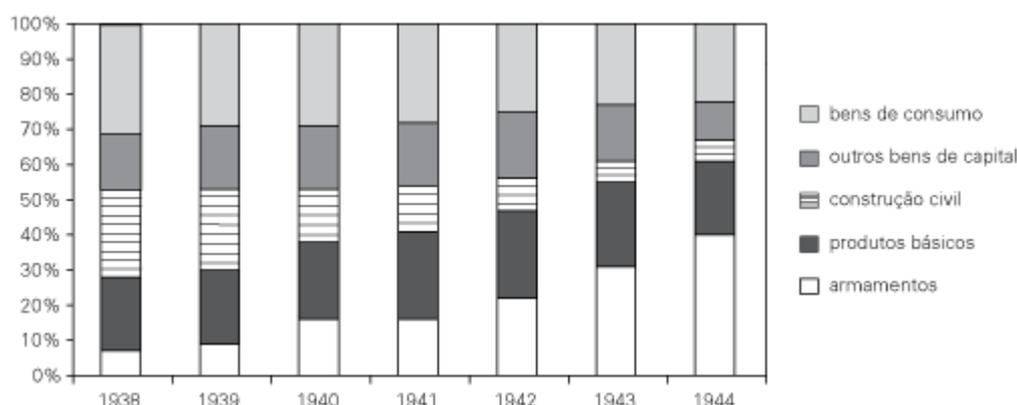
Além disso, como o governo fazia grande pressão para conter o avanço do consumo privado, o consumo real per capita alemão se reduziu durante todo o período – vide tabela 7.4 abaixo. Na economia, devido às medidas de Hitler sobre o sistema, o consumo per capita das famílias caiu 11% durante o primeiro ano de guerra (Tooze, 2013). Em 1941, as despesas com consumo caiu 18% em comparação com 1938 (Tooze, 402).

Tabela 7.4

Consumo Real per capita na Alemanha (1938-1944)		
	Alemanha em 1939	Alemanha pós 1939
1938	100,0	100,0
1939	95,0	98,0
1940	88,4	80,2
1941	81,9	74,4
1942	75,3	68,0
1943	75,3	67,2
1944	70,0	-

Fonte: Overy (1994, p.278) apud Abelshauser (1998, p. 154) Adaptado

Figura 2.4: Produção Líquida da Indústria alemã por ramo industrial (% do total)



Fonte: Feijó (2009). Petzina (1968). Apud: Abelshauser (2000, p. 153).

A queda na produção de bens de consumo durante a guerra é complementada pela expansão da produção de armamentos, não tendo um grande efeito na demanda agregada pois a redução do consumo privado é compensada pelo aumento dos gastos do governo. Entretanto, segundo Liu (2013, p. 15), enquanto as receitas do governo cresciam em uma média de 1.5 ao ano, as despesas, principalmente com a guerra, que ocupavam a partir de 1941 3/4 do total, cresciam a uma margem acima de 3.0 ao ano. E dessa forma, tal situação fez ter um aumento da dívida pública de 47,9 para 379,8 bilhões de *reichsmarks* (Ibidem, 2013).

Portanto, neste segundo momento, a economia alemã durante a guerra se caracterizou por ter uma grande mobilização de gastos – majoritariamente autônomos - para a manutenção da máquina de guerra. A situação desfavorável do país em não obter insumos e mão de obra suficientes não deixava escolha a não ser iniciar ofensivas contra os países detentores de recursos necessários à sua permanência na guerra, ou seja, em busca de oferta de fatores de produção – capital, trabalho - e matérias-primas no geral. A escolha de entrar em guerra sem ter uma economia capaz de manter as demandas do conflito faziam com que o país já começasse em desvantagem perante seus rivais, com uma economia forte e superior, além de apresentarem um grande volume de divisas e acumulação de capital. A saída para sobreviver a tal cenário, principalmente através do endividamento público, ocasionava a deterioração da economia rumo à instabilidade.

No início da guerra, a estratégia nazista era de contenção do consumo privado para o favorecimento de setores vinculados à produção industrial-militar, como visto anteriormente. Segundo Overy (2002: 259-314), a política feita pelos nazistas no início da guerra foi o de contrair o poder de compra do conjunto da população através do aumento da carga tributária, do racionamento do consumo de bens não-essenciais, do encorajamento à poupança, da restrição ao acesso de matérias-primas por parte dos setores não vinculados ao esforço de guerra e do controle rigoroso de preços e salários. Consequentemente, há a queda do consumo

per capita entre 1939-1942, como podemos observar na tabela 8.4 a seguir. A queda do consumo entre 1939 até 1942 foi de 25% e de 1942 à 1944 foi de 7%. (Mazzucchelli: 2009, p. 315) Já as despesas, mais que dobraram durante 1939-1943.

Tabela 8.4

Alemanha e Inglaterra: Indicadores Seleccionados do Esforço de Guerra (1939-1944)						
	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Consumo per capita (1938 = 100)						
Alemanha	95,0	88,4	81,9	75,3	75,3	70,0
Inglaterra	97,2	89,7	87,1	86,6	85,5	88,2
Demandas Militares e Emprego Industrial (%)*						
Alemanha	21,9	50,2	54,2	56,1	61	-
Inglaterra	18,6	-	50,9	-	-	-
Participação Feminina na Força de Trabalho (%)						
Alemanha	37,3	41,4	42,6	46,0	48,8	51,0
Inglaterra	26,4	29,8	33,2	34,8	36,4	36,2
Despesas Militares e Renda Nacional (%)						
Alemanha	32,2	48,8	56,0	65,6	71,3	-
Inglaterra	15,0	43,0	52,0	52,0	55,0	54,0

Fonte: Overy (2002: 312)* Emprego industrial decorrente das demandas militares (participação no total do emprego industrial)

Ao decorrer da guerra, a restrição ao consumo favoreceu o aumento da propensão marginal a poupar que, atrelado ao controle do governo sob o sistema financeiro internacional, proporcionou o uso desses recursos como forma de investimento para a expansão da capacidade produtiva militar. Essa estratégia perdurou durante toda a guerra mas foi mais eficaz após a entrada de Albert Speer no poder, que através de uma nova estratégia administrativa fez com que a produtividade aumentasse de forma relevante e a curto prazo. Entretanto, a queda do consumo per capita em favorecimento à propensão marginal a poupar fazia com que a renda se contraísse, segundo o paradoxo de parcimônia de Keynes. Tal redução do consumo não foi tão sensível na renda pois o governo manteve uma elevação dos gastos autônomos.

Ao mesmo tempo, as anexações territoriais proporcionaram a captação de recursos suficientes para que o peso das importações não fosse tão alto ao ponto de prejudicar de forma relevante as contas públicas do Estado. Isto é, o balanço de pagamentos se manteve alto através das importações e do endividamento público, mas o grau de importações sob o balanço de pagamentos era compensado pelo confisco de reservas estrangeiras e ouro, capazes de pagar a alta demanda de bens de capital e matérias-primas vindas do exterior. Segundo Abelshauser (1998, p. 170), a economia alemã durante a guerra era altamente dependente do comércio externo, isto é, da importação de bens de capital e matérias-primas para a expansão da sua produção industrial-militar e para sua permanência no conflito. Entretanto, uma de suas estratégias principais – que perdurou durante todo o período nazista no governo – foi a conquista do “espaço vital”. A conquista desses territórios do centro e leste europeu eram

estratégicos pois, no pensamento nazista, haviam grandes reservas de terras férteis e de matérias-primas que proporcionariam um aumento da produção agrícola e da produção industrial, isto é, favoreceriam o seu barateamento na produção de alimentos e bens finais, poderiam aumentar o comércio e o consumo doméstico e externo de tais bens e conseqüentemente fazer com que o país aumentasse a sua influência no comércio internacional, aumentando a competitividade e o seu *market-share* no cenário mundial. Porém, o mais importante dessas anexações seria o barateamento do custo de guerra alemão, já que com a obtenção de um grande volume de recursos minerais, materiais e de pessoal, a Alemanha poderia prolongar a sua estadia na guerra e vencer os seus rivais, mesmo com uma economia mais forte do que a nacional. A busca por esse objetivo – através da anexação – e tentativas de ocupação soviética - de alguns territórios - como Bélgica, Holanda, Escandinávia e partes da Ucrânia – e o estabelecimento de acordos e imposições econômicas com esses países foi crucial para a obtenção de recursos materiais e financeiros para o prolongamento do país na guerra, pois até o ano de sua derrota, a economia doméstica alemã não suportava as demandas e as despesas para manter a máquina de guerra em plena ação.

A escassez da mão de obra também foi algo que caracterizou o período pelo simples fato de realocar os homens antes trabalhando nas fábricas para lutarem na guerra. Mesmo com as reformas de Speer, ainda havia a necessidade de se demandar mais mão de obra para a produção industrial. Através de Sauckel e suas políticas de trabalho forçado, foi possível a solução desta questão, barateando os custos do trabalho e incrementando os lucros dos empresários, mesmo não tendo afetado positivamente o uso dessa mão de obra para o aumento da produtividade do trabalho e do consumo, pois muitos não recebiam salário e dos que recebiam, não conseguiam obter um peso suficiente no consumo para alterar positivamente o nível de renda e gerar demanda efetiva.

Mesmo com todos esses fatos sendo relevantes, o que proporcionou o colapso da economia alemã foram os bombardeios aliados entre 1943-44 nas zonas industriais do país, que destruíram fábricas e conglomerados de complexos químico-industriais para o esforço de guerra, como já visto anteriormente. Não tendo como produzir armas, munições e equipamentos para serem usados na guerra; sem a possibilidade de obter empréstimos externos, pois as economias que mais detinham recursos para isso eram seus rivais; e o consumo privado sendo cada vez mais contraído para priorizar os bens de guerra além do fato da maior parte da mão de obra e possíveis consumidores estarem lutando na guerra; e dos civis, não terem um aumento salarial possível de angariar um crescimento da renda por parte do consumo; há uma forte pressão sob preços e oferta agregada. E a única saída escolhida pelo país é através da permanência do endividamento público que se tornou ineficaz após os bombardeios. Conseqüentemente, tantos problemas fizeram com que a economia alemã ruísse e entrasse em colapso, não tendo mais formas eficientes de produzir aquilo que era preciso e na velocidade que necessitava, com os avanços progressivos dos rivais no país, até o ponto de serem derrotados em meados de 1945.

O efeito da guerra fez com que a Alemanha fosse totalmente devastada economicamente e politicamente e fez ampliar o poder americano no cenário político-econômico mundial, atuando como o país hegemônico e dominante, que atuaria no auxílio à

recuperação econômica do país. Ao mesmo tempo, fez com que a URSS também se destacasse como uma grande super-potência, que durante todo o século XX fez emergir um embate entre os dois países, tendo a Alemanha amplo destaque nesse conflito ideológico durante toda a Guerra Fria.

Portanto, o ponto defendido pelo capítulo foi que, no primeiro momento, houve a iminência de vitória alemã. Tal sensação se deu por decorrência da bem sucedida estratégia de guerra-rápida que proporcionou ao país a anexação de alguns territórios importantes. E através destas anexações, os nazistas poderiam utilizar os recursos financeiros e materiais destes países para fazer com que a Alemanha se mantivesse ativa no conflito frente às economias rivais, amplamente mais fortes. Porém, no segundo momento, a manutenção de tal estratégia de guerra se tornou incapaz de fazer o país permanecer ativo. Os recursos obtidos pelos países ocupados não conseguiam mais suprir as novas demandas de guerra. Dessa forma, a Alemanha se via em uma situação de tendência à escassez de recursos, fruto da virada do caminhar da guerra para uma guerra de atrito. E tal guerra de atrito, fazia com que o país não obtivesse recursos necessários para o seu financiamento, gerando instabilidade política e econômica. Com poucos recursos, os nazistas optam pelo ataque à URSS prevendo a falta de matérias-primas, incorrendo em um maior aumento de gastos, expandindo a dívida pública. Com os suscetíveis avanços aliados e dos bombardeios, o país não consegue mais se sustentar, entrando em colapso logo em seguida até o ponto de serem derrotados.

Mesmo com a sensação de vencer a guerra durante o seu início, a Alemanha não tinha condições de vencer um grande conflito armado contra França, EUA, Inglaterra e URSS. Desde o seu período pré-guerra, o país incorria em escassez material e econômica para tamanho objetivo. As grandes capacidades econômicas de seus rivais faziam com que obtivessem recursos necessários para se manterem em uma guerra prolongada a custos mais baixos do que o alemão. Logo, a Alemanha não conseguiria ter condições para sair vitoriosa perante o conflito.

5. CONCLUSÃO

A Alemanha possuiu um papel central na história econômica e política mundial durante todo o século XX. Pelo ponto de vista econômico, o país passou por momentos de altos e baixos em sua economia: uma recuperação econômica entre 1924-1928, uma recessão econômica entre 1929-32, novamente uma recuperação econômica entre 1933-1938, um crescimento mesmo que desacelerado entre 1939-1942 e uma nova recessão entre 1943-1945. O principal foco desse trabalho foi entender todo o aspecto macro que caracterizou todo o período, seja de aspectos específicos das decisões de política econômica e monetária doméstica, política externa, mudança estrutural ou de efeitos causados por decisões das superpotências da época. Para então defender o ponto abordado por Tooze (2013) de que, desde o início da entrada dos nazistas no poder, com a ideia de mobilizar o país e a economia como um todo para o enfrentamento de uma nova guerra, a Alemanha não possuía condições econômicas e bélicas para tal projeto.

No primeiro capítulo, abordamos o período entre 1924-1932 em dois momentos. O primeiro, de 1924-1928, sendo de recuperação econômica por meio de uma política de crescimento com endividamento. E o segundo momento, de 1929-1932, por meio de instabilidade e recessão, derivados da política estabelecida anteriormente, atrelada à política contracionista feita durante o segundo momento. O ponto defendido aqui discute que tais políticas econômicas contribuíram para a entrada dos nazistas no governo. A ineficácia ortodoxa de Brüning para reverter a tendência recessiva provocada pela crise da bolsa norte-americana e da política de crescimento por endividamento fez com que a população optasse pelos nazistas, que desde a entrada destes ao poder, não se importavam em resolver primeiramente as questões de cunho econômico doméstico, e sim em mobilizar o país e a economia para uma nova guerra contra os vitoriosos da Grande Guerra.

O segundo capítulo tratou de discutir o período de recuperação econômica sob o comando dos nazistas, entre 1933-1938, sendo também abordado em dois momentos. O primeiro, entre 1933-1936, tratou da busca das resoluções referentes às questões de cunho econômico doméstico como o desemprego, renda e consumo. No outro, referente à 1936-1938, discutimos sobre a mudança de política econômica, voltada para a autossuficiência e mobilização militar. Aqui, o ponto defendido foi de que, mesmo com a solução de problemas referentes à economia doméstica, este não era o seu principal objetivo. O principal interesse dos nazistas era preparar o país para a luta em uma nova guerra. Entretanto, tal tarefa não foi cumprida, visto que o país dependia enormemente de importações para suprir suas necessidades, tanto domésticas como de cunho militar. Mesmo tendo tido um sucesso razoável na mobilização militar, através de políticas de certa forma não ortodoxas, a situação econômica e bélica alemã ainda era precária, não tendo condições de competir com o poderio rival norte-americano e britânico. Diante disso, a Alemanha não teria condições de vencer seus rivais.

O terceiro capítulo, por fim, discutiu sobre a economia alemã durante a II Guerra Mundial. Da mesma forma que foi feito nos dois primeiros capítulos, neste também foi abordado em dois momentos. O primeiro entre 1939-1941, tratando sobre o início do conflito,

das ocupações e iminência de vitória por parte alemã. E entre 1942-1945, referentes à mudança de viés estratégico militar, inovação gerencial e produtiva, instabilidade e derrota. A pauta defendida é a de que mesmo tendo uma atuação positiva no início de sua campanha, o país não tinha condições de vencer seus rivais. A estratégia de utilizar os recursos dos países ocupados em prol do financiamento de seus gastos ao longo de sua permanência no conflito se tornou insuficiente. Tendo sido de grande importância no início de sua campanha, tal estratégia se tornou ineficaz. A razão para isso se deu em decorrência dos aumentos contínuos na demanda e nos gastos de guerra. Tais países não conseguiam mais gerar recursos para a Alemanha conseguir angariar suas despesas de importação, pois ainda eram muito dependentes destes para suprir sua demanda doméstica e militar. E visando o prolongamento da guerra e a escassez de reservas para financiar suas importações de bens de capital, alimentos e matérias-primas, o governo opta em mudar de estratégia, atacando a URSS e territórios ricos em recursos importantes para a permanência do país na guerra. E através desse novo posicionamento, as questões referentes à economia vão para segundo plano, sendo a vitória o objetivo principal. Logo, a política econômica neste momento não se preocupa em equilibrar as contas do Estado e incentivar o consumo e a acumulação de capital. Pelo contrário, há o aumento do déficit público, da estagnação do consumo frente à política de restrição e incentivo à poupança. Com os avanços aliados sob o território e dos efetivos bombardeios em zonas econômicas estratégicas, a economia começa a entrar em calamidade, não conseguindo mais suprir às demandas de guerra e domésticas no prazo exigido, gerando instabilidade dentro e fora do governo. Diante de tal cenário, o país acaba entrando em colapso e sendo derrotado.

Portanto, desde a entrada dos nazistas no poder, e dos diferentes meios até então de política econômica para se conseguir chegar ao objetivo de mobilizar o país militarmente para um novo conflito, a Alemanha não teria condições de vencer. Devido à sua inviabilidade econômica em competir com as economias inimigas, o país estaria fadado a ser derrotado. A razão para tal ponto pressupõe a baixa competitividade dos produtos alemães no comércio internacional; a sua alta dependência por importação para o suprimento de sua demanda interna; e a baixa acumulação de capital presente em sua economia.

6. BIBLIOGRAFIA

- ABELSHAUSER, Werner. **Germany: guns, butter, and economic miracles. The Economics of World War II: Six Great Powers in International Comparison.** Cambridge, p. 122-176, 1998.
- ARTHMAR, Rogério. **Os Estados Unidos e a economia mundial no pós-Primeira Guerra.** Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 29, p. 97-117, 2002.
- BARKAI, A., **Nazi Economics – Ideology, Theory and Policy.** New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- BESSEL, Richard (Ed.). **Fascist Italy and Nazi Germany: comparisons and contrasts.** Cambridge University Press, 1996.
- CHAVES FEIJÓ, Ricardo Luis. **Uma interpretação do primeiro milagre econômico alemão (1933-1944).** Revista de economia política, v. 29, n. 2, p. 245, 2009.
- COSTA, Isabela. **A Economia Alemã na Década de 1920: A Hiperinflação e o Plano Dawes (1919-1928).** Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.
- COUTO, Joaquim Miguel; HACKL, Gilberto. **Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950).** Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p.311-341, dez. 2007.
- EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no poder.** Editora Planeta do Brasil, 2013.
- EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich.** Editora Planeta do Brasil, 2013.
- EVANS, R. **O Terceiro Reich em guerra: como os nazistas conduziram a Alemanha da conquista ao desastre (1939-1945).** Trad. Lúcia Brito e Selma Pinheiro. São Paulo: Planeta do Brasil, 2012.
- FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves et al. **Uma interpretação do primeiro milagre econômico alemão (1933-1944).** Revista de economia política, v. 29, n. 2, p. 245-266, 2009.
- FRANCO, Gustavo HB. **O milagre do Rentenmark: uma experiência bem-sucedida com moeda indexada.** Revista Brasileira de Economia, v. 43, n. 3, p. 431-450, 1989.
- FRIEDEN, J. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- FULBROOK, Mary. **A History of Germany 1918-2014: The Divided Nation.** John Wiley & Sons, 2014.
- HARRISON, M. (org.), **The Economics of World War II – Six Great Powers in Comparison.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HARRISON, M., **The Economics of World War II: An Overview,** in Harrison (1998).
- HOLTFRERICH, C.I.. **The German Inflation – 1914-1923.** Walter de Gruyter – Berlin – New York. 1986. Título original “Die Deutsche Inflation”.

- JUNIOR, Giovano. **Três Ensaio sobre a Economia Nazista**. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.
- KITCHEN, Martin. **A History of Modern Germany 1800-2000**. Wiley-Blackwell, 2006.
- LIU, Larry. **Economic Policy in Nazi Germany**. Penn History Review, s/vol, s/n., 2013.
- MARTEL, Gordon. **Modern Germany Reconsidered: 1870-1945**. Routledge, 2002.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras**. Unesp, 2009.
- OVERY, Richard J. **The Nazi economic recovery 1932-1938**. Cambridge University Press, 1996.
- OVERY, Richard James. **War and economy in the Third Reich**. Clarendon Press, 1995.
- SBROCCO, F. **A Alemanha no entre-guerras: um estudo sobre a hiperinflação e a ascensão do Nazismo**. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011.
- SCHACHT, H. **Setenta e seis anos de minha vida**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- SCHECK, Raffael. **Germany, 1871-1945: a concise history**. Berg, 2008.
- SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro reich_vol1_Triunfo e consolidação**. Agir Editora, 2008.
- TOOZE, J. Adam; **O preço da destruição: construção e ruína da economia alemã**. Record, 2013.